

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: março de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Cientistas depõem sobre escândalo do clima – O Globo – Ciência – 02/03/2010	5
Plano de zoneamento da Amazônia é aposta para acabar com conflitos – Danilo Fariello – Valor Econômico – Brasil – 02/03/2010	5
Caatinga perdeu 45% da área original - Rafael Moraes Moura – Estado de São Paulo – Vida & - 03/03/2010	7
Estudo mapeia emissão de CO2 - Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 03/03/2010	8
Anemia verde – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 03/03/2010.....	9
Amazônia ganha dado mensal de CO2 – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 03/03/2010	10
Luta contra a desertificação no semiárido fica em "fogo brando" – Estelita Hass Carazzai – Folha de São Paulo – Ciência – 03/03/2010	10
Arco Verde: doação de equipamentos estimula sustentabilidade – Sítio Eletrônico do MAPA – 04/03/2010.....	11
A chave do clima nas mãos do Brasil – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 05/03/2010.....	12
ONGs ambientais ricas e estrangeiras atropelam locais - Claudio e Suzana Pádua – Folha de São Paulo – Brasil – 07/03/2010.....	14
Preço mínimo ajuda extrativistas – Andrea Vialli - Estado de São Paulo – Vida & - 08/03/2010	17
Castanheiros conseguiram reverter prejuízos – Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Vida & - 08/03/2010	18
BNDES vai investir R\$ 71 milhões na Mata Atlântica – Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 08/03/2010	19
Países pobres "exportam" 23% de seu CO2 – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 10/03/2010	20
Brasil apoiará sul-africano na ONU, diz Minc – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 10/03/2010	21
Proteção de floresta terá US\$ 3,5 bi – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 10/03/2010	21
Sistemas de recompensa e de remuneração favorecem o clima – Jacilio Saraiva – Valor Econômico – 10/03/2010	22
Novos projetos valorizam os padrões de sustentabilidade – Genilson Cezar – Valor Econômico – Investimentos – 10/03/2010.....	23
Pesquisa sobre biotecnologia e fontes renováveis de energia são prioridades da agenda global – Sítio eletrônico da CNA – 10/03/2010.....	26
Academias de ciências vão auditar IPCC – Cristina Fibe – Folha de São Paulo – Ciência – 11/03/2010	27
Conferência em Paris discute formas de conter emissões por desmatamento – MMA – 11/03/2010	29
Contra ruralistas, ambientalistas lançam campanha "exterminadores do futuro" – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política – 11/03/2010	30
Ataque à ciência do clima – Jeffrey D. Sachs – Valor Econômico – Opinião – 11/03/2010	31
Países ampliam doações para prevenir desflorestamento – Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 12/03/2010	34

Ambientalista é preso no Japão, sob aplauso de ativistas pró-caça à baleia – Folha de São Paulo – Ciência – 13/03/2010	35
Proposta controla a indústria, mas não impede o desmate – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 17/03/2010	36
Vegetação cobre 17% do Estado de São Paulo, diz mapeamento – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 17/03/2010	37
PAC atropela contrapartidas ambientais – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Ciência – 14/03/2010	37
"Negociação de reservas está mais delicada" – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/03/2010	39
Líder do desmatamento hoje defende o ambiente – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/03/2010	39
'Este não é o Brasil que Lula apresenta para o mundo' – Catarina Alencastro - O Globo - O País – 14/03/2010	41
Clima cético – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 15/03/2010	42
"Podemos solucionar a crise do clima, com folga" – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – Entrevista com Al Gore - 15/03/2010.....	43
Mudança do clima e interesses – Luiz Carlos Bresser-Pereira – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/03/2010	46
Coletiva: Minc apresenta propostas para conter o desmatamento no Cerrado – MMA – 15/03/2010	48
Colapso verde no Rio – Gustavo Paul e Fabiana Ribeiro – O Globo – Economia – 17/03/2010	48
Código Florestal e reservatórios artificiais – Pedro Company Ferraz – Valor Econômico – Legislação e Tributos – 17/03/2010	49
Decreto autoriza redução de reserva legal para recomposição na BR-163 – Suelene Gusmão – MMA – 24/03/2010	51
Governo "fatia" Amazônia para guiar ações – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo- Ciência – 25/03/2010.....	52
Cana-de-açúcar vira matéria-prima para fabricação de garrafa PET – Carine Corrêa – MMA – 25/03/2010	53
Municípios da lista negra do desmate reciclam economia – Vannildo Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 25/03/2010	54
Perda de florestas cai 19% em uma década – Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 26/03/2010	55
Proposta do FMI para criar "fundo verde" é derrotada – Fernando Canzian – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/03/2010	56
MARINAS PROVOCAM DANOS – Afra Balazina - Estado de São Paulo – Vida & - 28/03/2010.....	57
Al Gore elogia ação brasileira em Copenhague – Laura Capriglione e Kátia Brasil – Folha de São Paulo – Brasil – 27/03/2010.....	58
Fundo Amazônia esbarra em falta de projetos, diz Minc – Denise Menchen – Folha de São Paulo – Ciência – 27/03/2010	59
Cientista critica abertura de estradas na Amazônia – Folha de São Paulo – Ciência – 27/03/2010	60
Degelo não afetou circulação do Atlântico – Claudio Angelo- Folha de São Paulo – Ciência – 27/03/2010	61
Minc anuncia operação contra soja ilegal – Emanuel Alencar – O Globo – O País – 27/03/2010	62

Cultura verde contra o plástico – Henrique Gomes Batista – O Globo – Economia – 28/03/2010	63
Mudanças climáticas exigem mais investimentos em pesquisa – Sítio eletrônico da CNA – 29/03/2010.....	65
Céticos do clima falam a ruralistas em SP – Ricardo Míoto – Folha de São Paulo – Ciência – 30/03/2010	66
Auditoria inocenta chefe do IPCC – Folha de São Paulo – Ciência – 30/03/2010 ..	67
Desaquecimento Global – José Reinaldo da Silva e Celso dal Ré Carneiro – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 31/03/2010.....	68

Cientistas depõem sobre escândalo do clima – O Globo – Ciência – 02/03/2010

Parlamento britânico quer explicações sobre vazamento de e-mails. ONU revisa dados do IPCC

Pivô da controvérsia envolvendo o roubo de e-mails da Universidade de East Anglia, que supostamente indicariam alteração e manipulação de dados em uma pesquisa sobre o clima, o pesquisador britânico Phil Jones foi interrogado ontem pelo Parlamento do Reino Unido, que quer explicações sobre o caso que veio à tona durante a Conferência de Clima da ONU, a COP-15, realizada em dezembro, na Dinamarca. Ele negou as acusações.

Outros cientistas também vão depor sobre o vazamento, que fez com que grupos conservadores afirmassem que os estudos sobre o aquecimento global, divulgados pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), seriam exagerados. Por conta disso, a ONU anunciou a criação de um comitê independente, que vai avaliar os procedimentos do IPCC.

Presidente do IPCC apoia auditoria O nome de Jones era um dos mais citados nas mensagens eletrônicas roubadas.

Elas mostrariam que Jones e seus colegas estariam tentando bloquear qualquer opinião contrária à tese — aceita pelos mais respeitados cientistas do mundo — de que o ser humano é o principal responsável pelas mudanças climáticas.

As mensagens mostrariam também que os pesquisadores estariam manipulando dados para que se encaixassem em suas teses.

Após o escândalo, Jones deixou o cargo, negando a manipulação de dados e afirmando que os e-mails foram divulgados fora de contexto. No depoimento no Parlamento, porém, ele admitiu ter sido “rude” com um cético do clima.

Quando o assunto chegou à tona, Jones foi defendido pela comunidade científica, incluindo um comunicado assinado por 1.700 pesquisadores, que reafirmava as evidências acumuladas há décadas, comprovando as alterações no clima.

— Não há nada a esconder — disse ao Parlamento o vicechanceler da universidade, Edward Acton. — É inacreditável que, diante de tantas evidências, ainda pare alguma dúvida sobre nosso trabalho.

No auge da crise, integrantes do IPCC declararam que o roubo de emails tinha sido uma sofisticada tentativa de desacreditar os fundamentos científicos das mudanças climáticas, base das discussões da COP-15.

Mesmo assim, a ONU resolveu criar o comitê independente de especialistas para avaliar os procedimentos do IPCC, como uma espécie de auditoria. A medida contou com o total apoio do presidente do painel, Rajendra Pachauri, que afirmou reconhecer as críticas e a necessidade de respondê-las.

Plano de zoneamento da Amazônia é aposta para acabar com conflitos – Danilo Fariello – Valor Econômico – Brasil – 02/03/2010

Uma solução para os entraves ambientais na exploração econômica da Amazônia deverá ser desengavetada pelo governo federal ainda neste ano. O Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal é um projeto de décadas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), cuja consulta pública termina sexta-feira.

Apesar da iniciativa em estágio avançado, apoiada por 14 ministérios e os nove Estados da região, o desafio político para sua implantação traz ceticismo até para os ambientalistas, que veem o plano como algo bom e controverso demais para uma rápida aceitação.

Se virar lei da forma como apresentado à consulta pública, o projeto subverterá as regras para licenciamento ambiental de hidrelétricas e obras de transporte. Uma das medidas é condicionar a implantação dos projetos ao planejamento integrado de toda a área em que serão construídas as usinas, compondo mesorregiões integradas. Isso significa que a questão socioambiental não será mais a última etapa de concepção de um projeto de infraestrutura, mas sim uma das primeiras.

Embora o plano geral possa ser instaurado por decreto da Presidência, alguns temas mais polêmicos, que esbarram na legislação para licenciamento, podem ter de ser levados a debate no Congresso. "É uma iniciativa para convergir políticas para indução de uma exploração ordenada, e não restritiva", diz Roberto Ricardo Vizentin, diretor de zoneamento territorial do MMA. Exemplo disso seria liberar financiamentos públicos só a projetos que respeitem as regras do zoneamento. O plano também reage ao Tribunal de Contas da União (TCU), que vê falta de sinergia entre políticas públicas.

O macrozoneamento definirá dez áreas segundo a possibilidade de exploração ecológico-econômica e, a partir disso, os projetos seriam concebidos. São locais de preservação mais rígida, o coração da Amazônia e a região da fronteira com o Pantanal. Outras duas áreas indicam as zonas de fronteiras de exploração que, pelo projeto, teriam controle severo para conter o avanço agropecuário e mineral.

Outras seis áreas, os territórios-rede, preveem a regulamentação e exploração coordenada do espaço. Nessas áreas, estão definidas metas para ordenamento de exploração de mineração, logística, agroindústria, entre outros.

As demarcações respeitam o que já existe de exploração econômica estabelecida nas regiões, destaca Vizentin. "Mas são os elementos da natureza que desempenham papel central no zoneamento e não só o econômico", afirma Vizentin.

As principais entidades que representam o setor produtivo ainda não responderam à audiência, mas sinalizaram que enviarão contribuições para ajustar a norma e ratificá-la, diz Vizentin.

No governo, a aceitação parece ser ampla. Do setor que pode representar maior passivo ambiental na Amazônia, o Ministério de Minas e Energia (MME), afirma ser "altamente favorável ao processo, porque agrega o econômico ao ambiental". O próprio projeto, na página 67, reconhece que na Amazônia encontram-se 70% do potencial hidrelétrico nacional.

Experiências do que resultaria da aprovação do macrozoneamento já foram feitas em obras específicas. Na polêmica pavimentação da rodovia BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), que corta a Amazônia, o projeto já foi concebido com um plano de desenvolvimento sustentável para a região. O mesmo ocorreu na concepção logística para exploração da Petrobras em Urucu (AM) e para mineração na

Floresta Nacional de Carajás (PA), destaca o MME. "Se esse planejamento integrado for adotado, vamos diminuir muito os conflitos", diz o diretor do MMA.

A transformação do macrozoneamento em lei, porém, carrega em si um risco grande para o desenvolvimento da infraestrutura regional. Se, na prática, ele não for adotado, ou seja, se um projeto de infraestrutura for concebido pelo governo sem planejamento da mesorregião, a sociedade civil terá nas mãos um grande trunfo para emperrar os empreendimentos.

Atualmente, organizações não-governamentais (ONGs) e Ministério Público buscam, na Justiça, liminares para interromper obras como a construção da usina de Belo Monte no Pará. Com o macrozoneamento pronto, e se não respeitado, eles teriam nova munição para barrar tais obras na Justiça.

Na concepção do governo, porém, o macrozoneamento evitaria o que ocorreu na liberação da licença prévia de Belo Monte pelo MMA, que foi acompanhada de condicionantes que exigiram R\$ 1,5 bilhão a mais no custo da obra. A decisão foi interpretada por empreendedores e ambientalistas como "barganha" do governo, cobrando custo alto para liberar uma obra rodeada de polêmicas. Com o zoneamento, esses valores seriam previstos com antecedência maior e o custo desse desenvolvimento não seria repassado ao empreendimento.

Caatinga perdeu 45% da área original - Rafael Moraes Moura – Estado de São Paulo – Vida & - 03/03/2010

O desmatamento na Caatinga atingiu 16.576 quilômetros quadrados entre 2002 e 2008, o que corresponde a 11 vezes a área da cidade de São Paulo. Da cobertura original do bioma – que é de 826.411 km² –, 45,39% da área já foi desmatada, o equivalente aos territórios dos Estados do Maranhão e do Rio somados.

As informações foram divulgadas ontem pelo Ministério do Meio Ambiente, que realizou pela primeira vez um monitoramento mais detalhado da região, com base em análise de imagens obtidas por satélite.

“O Brasil e o ministério não podem ser samba de uma nota só.

A Amazônia é fundamental, mas temos de preservar todos os biomas”, disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Ele considerou os números “assustadores”. “É preocupante.

O bioma Amazônia é cinco vezes maior do que a Caatinga.

Essa média de 2.763 km² (de desmatamento anual da Caatinga) é praticamente correspondente ao desmatamento da Amazônia”, analisou Minc. “Proporcionalmente, o desmatamento destes anos no Nordeste é do mesmo tamanho da devastação da Amazônia, para um bioma que é muito mais vulnerável e será muito mais afetado pelas mudanças no clima.”

O ministério aponta o uso da mata nativa para fazer lenha e carvão como uma das principais razões do desmatamento da Caatinga. O carvão vai para siderúrgicas em Minas Gerais e no Espírito Santo; a lenha é utilizada em polos de gesso e de cerâmica no Nordeste.

Não haverá solução para a defesa da Caatinga sem mudar a matriz energética, sem levar, por exemplo, pequenas centrais hidrelétricas, energia eólica, o gás natural para o polo gesseiro”, disse Minc.

A análise dos dados mostra que o perfil do desmatamento da Caatinga é diferente do que ocorre na Amazônia e no Cerrado – é mais pulverizado, o que dificultaria o combate. Entre 2002 e 2008, Bahia e Ceará foram os estados que mais destruíram a vegetação nativa – juntos, foram responsáveis por 8.659 km² de área devastada (*mais informações nesta pág.*).

Para monitorar a Caatinga, um bioma mais rarefeito do que o encontrado na Amazônia, o satélite foi “ajustado” para operar com maior precisão. A partir de hoje, o ministro participa do 1º Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação, em Petrolina (PE), onde deve se reunir com governadores e secretários do Meio Ambiente do Nordeste para discutir o problema. “São necessárias várias medidas locais de recuperação de solo, reflorestamento, proteção de microbacias e de alternativas energéticas”, observou.

Para a professora Maria Aparecida José de Oliveira, especialista em botânica da Universidade Federal da Bahia, é necessário mais empenho dos governos para preservar a Caatinga – falta fiscalização e políticas para as comunidades locais. “O melhor modelo de recuperação é aquele que envolve a população, pois é ela quem vai cuidar do bioma.” Há cerca de 930 espécies vegetais na região, sendo 320 exclusivas. ●

Estudo mapeia emissão de CO₂ - Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 03/03/2010

O desmatamento da floresta amazônica, registrado entre agosto de 2009 e janeiro deste ano, será responsável pela emissão de 51 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂), segundo dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). No período, o desflorestamento foi de 836 quilômetros quadrados, segundo o Sistema de Alerta de Desmatamento do Imazon.

Essa taxa de carbono supera, e muito, as emissões da indústria paulistana em 2006, por exemplo, que foi de 38 milhões de toneladas de CO₂. As emissões de gases de efeito estufa provocam o aquecimento global.

O dado também é 41% maior do que no período anterior (agosto de 2008 a janeiro de 2009), quando foram afetados 36 milhões de toneladas de CO₂. “Dizemos que o carbono foi comprometido ou afetado porque não podemos afirmar que a emissão já ocorreu, se o gás já está ou não na atmosfera. A emissão vai acontecer em algum momento, mas pode ser numa próxima queimada, por exemplo”, explica Carlos Souza Júnior, cientista do Imazon.

A emissão ocorre por meio da queimada da madeira ou da decomposição natural das árvores cortadas. O aumento do desmatamento acompanhou em menor medida a elevação das emissões de CO₂ – ao comparar um período com o outro.

Segundo o pesquisador, o fato não é estranho e, na verdade, em alguns casos o desmatamento pode até mesmo diminuir enquanto as emissões aumentam.

Isso explica por que ao cortar florestas mais densas – com maior volume de madeira – as emissões de CO₂ são mais altas.

“Na área mais desmatada da Amazônia, na região do Arco do Desmatamento, há menor densidade de carbono. Regiões como a Terra do Meio e Novo Progresso, no Pará, têm estoques de carbono mais elevados”, diz.

Foi a primeira vez que o Imazon incluiu a informação sobre emissões de CO₂ em seu relatório sobre desmatamento, o

Transparência Florestal. Para calcular as emissões de carbono que o desmatamento acarreta, foi necessário fazer um cruzamento de dados. Cada polígono onde houve desmate foi comparado a mapas de biomassa da Amazônia.

Entraram na conta do “simulador de emissões de carbono” estimativas para algumas incertezas (um incêndio nem sempre queima toda a biomassa existente, pois sua eficiência não é de 100%).

“Isso nos deu mais segurança para a modelagem”, diz o pesquisador. ●

Anemia verde – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 03/03/2010

Brasil se atrasa em investimentos com vistas à economia de baixo carbono, mesmo partindo de uma posição invejável

ASSIM COMO se fala de "doença holandesa", o declínio industrial que pode suceder um surto de exportações propiciado por exploração de recursos da natureza, um dia o Brasil poderá figurar em compêndios de história econômica como exemplo do "mal do berço esplêndido". Acomodado na abundância desses recursos -terra fértil, sol, chuvas, florestas, minérios, potencial hidrelétrico-, o país não investe como deveria em inovação para extrair renda desse capital sem dilapidá-lo. Em lugar de desenvolver-se como uma economia de base natural pujante, com olhos no futuro de baixo carbono, o Brasil atrasa-se na trilha do crescimento "verde". Foi o que mostrou domingo reportagem da **Folha**. No pacote de estímulos fiscais do governo federal para contra-arrestar a crise financeira de 2008, apenas 5% dos recursos anticrise mobilizados foram em benefício de setores "limpos", como o de veículos bicomustíveis. Na média de 17 grandes economias mundiais, o percentual ultrapassou 16%. O Brasil é um país que já conta com uma matriz elétrica excepcionalmente renovável, graças ao uso intensivo de represas para produzir eletricidade. A média mundial fica em 18% de fontes renováveis, enquanto aqui o percentual atinge 87%. Mas o planejamento oficial prevê um retrocesso, com o aumento relativo das usinas termelétricas a combustível fóssil -óleo, gás e carvão. A capacidade instalada deve aumentar 45% de 2010 a 2012, contra 18% da geração a partir de biomassa (bagaço de cana, por exemplo). Até 2017, a participação hidráulica na geração cairá de 80% para 71% e a de fontes não renováveis subirá para 19%. O governo federal se escuda na lentidão do processo de licenciamento ambiental das grandes centrais hidrelétricas, mas faltam investimento em tecnologia e incentivo para modalidades renováveis. O programa de fomento a fontes alternativas (Proinfa) prossegue modesto. Mesmo triplicando a capacidade de usinas eólicas em dois anos, chegaremos a 3.000 megawatts (MW) instalados. É muito pouco para um país com potencial eólico -provavelmente subestimado- de 140 mil MW, o equivalente a dez hidrelétricas de Itaipu. Até no caso do álcool o país pode ficar para trás. Basta que frutifique o investimento

anual de US\$ 1 bilhão dos EUA na tecnologia de álcool celulósico, o que pulverizaria a atual vantagem do etanol de cana sobre o de milho. Para comparação, toda a pesquisa nacional no setor recebe menos de US\$ 95 milhões ao ano, segundo estimativas. O governo Lula parece mesmerizado com o pré-sal, como sintetizou o físico José Goldemberg. Não se deu conta ainda de que o petróleo, embora possa e deva ser explorado, é o combustível do passado. É preciso mudar essa lógica, o que não se faz apenas com retórica.

Amazônia ganha dado mensal de CO2 – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 03/03/2010

As emissões de carbono por desmatamento na Amazônia subiram quase duas vezes mais do que a derrubada em si entre agosto de 2009 e janeiro deste ano. O dado sugere que já está acontecendo na região algo que os cientistas até agora só temiam: o desmate está migrando para florestas mais densas, mais ricas em carbono -e cuja destruição polui mais. A estimativa foi publicada hoje pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). Segundo a ONG, o corte da floresta cresceu 22% no período, enquanto as emissões cresceram 41%. Um grupo de pesquisadores do Imazon elaborou um mapa com estimativas de biomassa para toda a região amazônica. Isso permite relatar, mês a mês, a partir de agora, as emissões pela derrubada. A informação é crucial para o Brasil, que tem no desmate amazônico sua maior fonte de carbono para a atmosfera e que se comprometeu em lei a reduzi-lo em 80% até 2020. "A novidade é colocarmos isso numa escala mensal", diz Carlos Souza Jr., do Imazon, ONG que elaborou um programa de computador que permite estimar de forma mais realista quanto carbono o desmatamento emite. O cálculo leva em conta, por exemplo, as diferenças no teor de carbono por hectare em cada região da Amazônia; o fato de que nem toda a biomassa vira cinza - 8% do carbono fica retido em forma de madeira; e o fato de que nem tudo queima de uma vez. No período de agosto de 2008 a julho de 2009, segundo o Imazon, as emissões caíram 60%, acompanhando a queda na derrubada (de 65% em relação ao ano anterior). Nos últimos seis meses essa relação se alterou, com a migração do desmate para áreas como a Terra do Meio e o noroeste de MT. "Podem estar desmatando áreas com 200 toneladas de carbono por hectare", diz Souza Jr. É o dobro da média amazônica. Com o novo indicador, avalia, será possível avaliar a eficiência de projetos de Redd (redução de emissões por desmatamento). "Quando soubermos qual é o risco de desmate e a biomassa, poderemos priorizar áreas de maior risco e de maior biomassa."

Luta contra a desertificação no semiárido fica em "fogo brando" – Estelita Hass Carazzai – Folha de São Paulo – Ciência – 03/03/2010

Embora conte com um plano nacional de enfrentamento e com um comitê técnico exclusivo no Ministério do Meio Ambiente, o combate à desertificação do

semiárido, principal consequência do desmatamento da caatinga, ainda mobiliza poucos esforços dos governos federal, estaduais e municipais. "É uma agenda que ainda está em fogo brando", avalia o secretário de extrativismo do Ministério do Meio Ambiente, Egon Krakhecke. Para ele, falta "fortalecimento institucional" da temática no país. No plano federal, por exemplo, a CNCD (Comissão Nacional de Combate à Desertificação), teoricamente a maior instância de controle das ações contra o desmatamento da caatinga, ainda não saiu do papel. Lançada oficialmente pela então ministra Marina Silva em julho de 2008, a comissão, que deveria "estabelecer e priorizar as estratégias" do governo na área, teve apenas uma reunião, em novembro de 2008, para definir seu regimento. A realização de um segundo encontro depende da publicação, ainda pendente, do documento no "Diário Oficial da União".

O regimento, segundo Krakhecke, está sob análise do departamento jurídico e deve ser publicado até abril. Outra medida esperada é a aprovação da Política Nacional de Combate à Desertificação, parada na Câmara desde "nem lembro quando", diz a técnica do Ministério do Meio Ambiente Luciana Valadares. "A gente precisa ter um orçamento mais definido, de mais força dentro do ministério." O projeto aguarda votação desde 2007.

Sem documento

Nos Estados, a criação dos Planos Estaduais de Enfrentamento da Desertificação, compromisso assumido em 2004, também patina. Até hoje, dos nove Estados atingidos pelo problema, apenas Pernambuco finalizou o documento. Na tentativa de fortalecer a temática, o Ministério do Meio Ambiente promoverá de hoje a sábado o primeiro Ened (Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação). A ideia é que antigas reivindicações da área sejam assumidas por Estados, municípios e União, que devem se comprometer a fazer ações concretas. "Desde o lançamento do PAN-Brasil [Programa de Ação de Combate à Desertificação], em 2004, estamos à espera de algo mais", diz a coordenadora do combate à desertificação no Ceará, Liduína Costa. "Precisamos de mais compromisso dos governos com o tema."

Arco Verde: doação de equipamentos estimula sustentabilidade – Sítio Eletrônico do MAPA – 04/03/2010

Cuiabá (4.3.2010) - "Produzir com segurança, de uma forma mais sustentável e que gere bons resultados para todos, meio ambiente, sociedade e o produtor é o que o Ministério da Agricultura pretende com a entrega desses tratores na região Amazônica". A afirmação é do secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Márcio Portocarrero, que participou da cerimônia de entrega de maquinário agrícola aos 43 municípios integrantes da Operação Arco Verde, em Cuiabá/MT, nesta quinta-feira.

De acordo com Portocarrero, quase todas as prefeituras já receberam o kit de equipamentos agrícolas, composto por um trator 4x4, uma carreta agrícola, grades aradoras e plantadeiras. "Isso é apenas a ponta de uma ação de reforço para a

infraestrutura dessa região”, disse. O secretário ressaltou a importância de políticas públicas, como essa, para o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

O município mato-grossense de Alta Floresta, que recebeu o maquinário no final de janeiro, já apresenta resultados na recuperação de áreas degradadas. Segundo a secretária de Meio Ambiente, Irene Duarte, já está em andamento a execução de técnicas que evitam a erosão do solo e dez hectares já foram recuperados. “O nosso objetivo é restaurar mais de mil hectares. Com o trator que recebemos, o trabalho será mais rápido, já que o equipamento facilita a vida do homem do campo”, afirma Irene.

A Operação Arco Verde, coordenada pela Casa Civil, conta com a participação dos ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário. Entre as atribuições do Mapa estão a compra do maquinário, com investimento de aproximadamente R\$ 5,7 milhões. Integram a operação municípios localizados no Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima.

Amanhã (5), Porto Velho/RO recebe a comitiva da Operação Arco Verde, para a entrega dos tratores e equipamentos agrícolas no estado. (*Sophia Gebrim*)

A chave do clima nas mãos do Brasil – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 05/03/2010

Por mais que se queira deixar de lado o tema, não se consegue.

O agravamento quase diário dos “eventos climáticos extremos” e o impasse na agenda das negociações internacionais exigem que se volte a questão.

Vive-se um momento crítico, às vésperas de mais uma reunião preparatória (começa em abril, em Bonn, na Alemanha) da primeira assembleia da Convenção do Clima, esta programada para dezembro, no México.

Cientistas de 27 países, que durante 15 meses se revezaram em expedições científicas, informam que as previsões pessimistas para degelo até 2100 podem acontecer entre 2013 e 2030. A Organização Meteorológica Mundial avalia que os furacões, até o fim do século, serão menos frequentes, porém mais intensos (*O Globo*, 23/2). E o Sul-Sudeste e o Centro-Oeste brasileiros continuam a sofrer com inundações frequentes, deslizamentos e mortes.

Mesmo com tudo isso, não se consegue avançar nas negociações.

As comunicações feitas até o fim de janeiro na convenção pelos países, sobre suas metas (e compromissos) de redução de emissões, deixam claro que não se chegará à redução global necessária para impedir que a temperatura planetária suba mais do que 2 graus, o que teria consequências muito graves. O embaixador chinês na convenção, Yu Qingtai, já deixou claro (Reuters, 25/2) que não será possível superar, este ano, as divergências entre os países

industrializados, a China e os demais membros do bloco de emergentes (Índia, Brasil, África do Sul), juntando-se à opinião do secretário-geral da convenção, Yvo de Boer, que, para complicar ainda mais as coisas, anunciou que em julho renunciaria ao cargo e que não havia possibilidade de acordo antes de dois anos.

Quando se olha para os EUA, vê-se que o presidente Obama, para conseguir apoio do Congresso à sua política do clima, contraditoriamente assegura que permitirá mais explorações de petróleo e de gás no fundo do mar. E a Agência de Proteção Ambiental garante que ali só grandes fontes de emissões sofrerão limitações antes de 2013.

As fontes menores, só em 2016. Enquanto isso, avançam os prejuízos.

As 3 mil maiores empresas do mundo geram custo de US\$ 2,2 bilhões anuais com problemas ambientais, diz o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). O renomado consultor britânico para a área do clima Sir Nicholas Stern revê de novo seus cálculos e diz que enfrentar os problemas na área terá um custo anual de 2% do produto bruto mundial (US\$ 1,2 trilhões), e não de 1%, como calculara.

Já a Agência Internacional de Energia (AIE) adverte que, sem acordo, as emissões de carbono tenderão a se elevar em 40% até 2030, porque a demanda por energia crescerá muito com a Índia tentando prover 400 milhões de pessoas que não têm energia – e fazer isso recorrendo ao carvão –, enquanto a China urbanizará mais de 100 milhões de pessoas e ainda utilizará muito carvão. Com tudo isso, diz a AIE, a demanda mundial por petróleo continuará a subir (para 100 milhões de barris/dia) e o carvão passará de 42% para 44% do total.

Nessas condições, reacendese a discussão que vem desde a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, em 2002, em Johannesburgo: como superar o problema, se a Convenção do Clima exige consenso para qualquer decisão e este parece inalcançável, com as divergências entre países industrializados, emergentes, G-77, países insulares e nações mais pobres? Naquele momento, chegou-se a pensar na criação de uma Organização Mundial do Meio Ambiente, mas concluiu-se que ela enfrentaria os mesmos problemas da ONU. Agora, numa reunião em Bali, ministros de meio ambiente de 135 países decidiram (Reuters, 26/2) retomar esse tema e promover novos estudos, tomando como base o formato da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Há quem pense que “só o mercado resolverá”. Mas com que regras, que ninguém consegue explicitar, pois as divergências entre empresas não serão diferentes das que existem entre países? Há quem creia num caminho baseado em acordos bilaterais ou multilaterais entre governos, mas o que se fará com as emissões dos que ficarem de fora?

E ainda que se consigam acordos, como estendê-los a cada empresa e a cada pessoa? Se o caminho for a criação de uma taxa sobre as emissões de carbono, ela será paga no país da produção ou do consumo (os EUA consomem 35% da produção industrial chinesa e os países ricos detêm 80% do consumo total no mundo)? Talvez a chave possa estar nas mãos do Brasil. Em 1997, quando se negociou o Protocolo de Kyoto, o Brasil apresentou proposta de que a contribuição de cada país para a redução de emissões deveria tomar por base suas emissões históricas e as emissões atuais.

Considerados os dois números, verifica-se a que percentagem dos gases poluentes acumulados na atmosfera (onde permanecem séculos) essas cifras correspondem.

Em seguida calcula-se em quanto essas emissões totais de uma parte respondem pelo aumento da temperatura planetária.

Obtido esse número, ele deve ser transformado na percentagem das emissões globais que caberia a cada parte reduzir.

Essa proposta brasileira foi aprovada, em princípio,

com a recomendação de ser submetida a estudos mais aprofundados. Mas nada aconteceu desde então.

Mas pode ser o único caminho justo que leve todos os países a um acordo, porque cada um responderá pelo que fez e faz, proporcionalmente ao todo.

E se poder escapar ao pólo sem fundo da discussão? Entre países industrializados e os demais, em que um lado argumenta com a responsabilidade de quem emitiu mais ao longo do tempo (industrializados) ou emite mais hoje (emergentes, principalmente).

Mas, para avançar por esse caminho, o Brasil precisa superar a limitação que tem no âmbito da política externa, de manter em qualquer circunstância uma posição conjunta com o G-77

ou os outros emergentes.

Mas é uma oportunidade histórica e decisiva. Não se deve nem se pode perdê-la.

ONGs ambientais ricas e estrangeiras atropelam locais - Claudio e Suzana Pádua – Folha de São Paulo – Brasil – 07/03/2010

Fundadores do Ipê afirmam que organizações internacionais querem dizer "o que é melhor" para os países

APRESSADAS em obter resultados rápidos para justificar os recursos levantados, as grandes, ricas e poderosas ONGs estrangeiras "atropelam" as menores na hora de implementar projetos ambientais no Brasil. É o que pensam os educadores socioambientais e fundadores da terceira maior ONG ambiental brasileira, o Ipê (Instituto de Pesquisas Ecológicas), Claudio, 61, e Suzana Padua, 58. Em dezembro passado, o casal tornou-se a primeira liderança ambiental a vencer o Prêmio Empreendedor Social, realizado pela Folha e pela Fundação Schwab.

Sem mencionar nomes, eles ressaltam as diferenças de atuação entre as ONGs internacionais e as locais. Por falta de estrutura, dizem, as ricas sublocam organizações menores, mas a forma de fazer vem "de cima para baixo". "Chegam com o projeto pronto, dizendo "sei o que é melhor para vocês", constata Claudio. Para o casal, as políticas ambientais internacionais são criadas "no mundo das agências multilaterais junto com quem tem assento lá, as organizações enormes".

FOLHA - Como vocês veem a evolução do movimento ambientalista desde quando o

Ipê surgiu, na época da Eco-92 até hoje?

CLAUDIO - A década de 90 não foi promissora, tivemos avanços, mas perdemos uma quantidade enorme de florestas tropicais nesse período. As metas de Kyoto não foram cumpridas. Fazer meta para aparecer na foto é fácil, o problema é não ter um mecanismo que possa depois verificar e punir de alguma forma quem não as alcance. As pessoas estabelecem metas de maneira irresponsável.

SUZANA - A natureza também nunca entrou como valor econômico, ela sempre veio de graça. Se você a tem de graça, tudo o que se refere a sua proteção está atrapalhando o progresso, porque ela está ali para servir a quem está enriquecendo. Se todo mundo vivesse o padrão de vida norte-americano, segundo estimativas canadenses, seriam necessários hoje, no mínimo, quatro planetas. Não vamos chegar lá. Esse crescimento indiscriminado é uma falácia, não chegaremos ao desenvolvimento no padrão de consumo do jeito que está preconizado atualmente. O que está fazendo falta neste momento é investimento em tecnologia, como os países desenvolvidos estão fazendo. Como posso manter meu padrão de vida consumindo 10% do que estou consumindo em termos de energia e água? É uma combinação de coisas. E o Brasil tem todo o potencial, mas não investe nele.

FOLHA - *Qual seria o papel do governo e da sociedade nesse cenário de emergência na questão do clima?*

CLAUDIO - Nós temos de cobrar de quem fala por nós um posicionamento pelo futuro do planeta e nosso, pois não é coisa para as gerações de um futuro muito longínquo. Há quem fique querendo diminuir a qualidade das previsões do IPCC [painel do clima da ONU], mas eles são os melhores pesquisadores do planeta e não devem estar errados.

SUZANA - Os assentados do Pontal que trabalham com a gente compreendem isso, a premissa de que, com floresta, o resto da propriedade melhora, tem menos peste, o solo fica melhor, a água fica protegida. No micro, nós, como ONG, podemos atuar. O desafio é conseguirmos entrar na escala em termos internacionais. Há ONGs como o Ipê em várias partes do mundo, com base em ciência, academia, de tamanho médio, nacionais, trabalhando na ponta com os problemas verdadeiros.

Conseguimos atuar dentro dos nossos microcenários, mas precisamos de alguma maneira de uma voz que seja mais ouvida internacionalmente. De baixo para cima, não de cima para baixo, porque o que a gente sente é que há uma tendência grande de as coisas virem prontas e de o pequeno ser obrigado a cumpri-las.

CLAUDIO - São criadas pelas políticas ambientais internacionais, desenvolvidas no mundo das agências multilaterais com quem tem assento nelas: organizações enormes. Por isso nós estamos agora em alianças, na tentativa de conseguir uma representação para sermos iguais nesse processo.

FOLHA - *Existe uma dicotomia entre as ONGs nacionais e as internacionais?*

CLAUDIO - Existem ações diferentes e representações diferentes com atividades totalmente diferentes.

SUZANA - O peso das ONGs grandes nas decisões é muito maior que o das pequenas locais, como o Ipê. Isso é natural, porque elas se dedicam muito às políticas internacionais.

Tem uma delas de que várias pessoas do Ipê e da Wildlife Trust Alliance [aliança de ONGs de médio porte] também fazem parte, que é a UICN [União Internacional de Conservação da Natureza]. Eles têm cadeira na ONU e estão abrindo um escritório no Brasil. Mas ainda faltam assentos.

CLAUDIO - Um dos nossos objetivos na Alliance é contratar em curto prazo uma pessoa para buscar assentos nesses órgãos multilaterais.

FOLHA - De que tema que as grandes ONGs internacionais não abordam vocês falaria lá?

SUZANA - Não acho que a gentealaria o que eles não falam, mas é a forma de fazer, porque os grandes têm os princípios muito corretos, querem reflorestamento, manutenção das florestas nativas, a biodiversidade mais bem protegida. Mas, na forma de fazer acontecer nos países, as ONGs menores, de médio e pequeno portes, apresentam um papel extraordinário, que as grandes normalmente atropelam.

FOLHA - Atropelam como?

SUZANA - Na implementação. Por exemplo, você se compromete a reflorestar determinada área, encontra locais altamente importantes para a biodiversidade e quer proteger aquele núcleo, fazer um cinturão verde. Como é que vai fazer? As grandes têm mais facilidade de levantar fundos, mas, na hora de implementar, muitas vezes não têm a estrutura. Então sublocam as ONGs menores -e isso é complicado.

FOLHA - Elas contratam ONGs menores?

SUZANA - Muitas vezes contratam ONGs ou pessoas locais, mas a forma de fazer vem muito de cima para baixo.

CLAUDIO - Um é rico em dinheiro, e o outro, em biodiversidade. Quem é rico em dinheiro tem que ouvir quem é rico em biodiversidade para saber a melhor forma de fazer. Muitas vezes o rico em dinheiro chega com o projeto pronto, dizendo o que fazer, com a frase "eu sei o que é melhor para vocês".

SUZANA - E isso eu não acho certo. É a mesma coisa que o governo faz: um projeto para a região do Pontal do Paranapanema sem consultar as pessoas locais. Tudo o que vem de cima para baixo raramente dá certo. Leva tempo para construir confiança, para ter um grupo de pessoas com que você atua. Às vezes elas [as grandes ONGs] não têm tempo, têm de mostrar resultado, porque coletaram verba que precisa ser gasta de determinada maneira. Avalio que as ONGs internacionais teriam um papel fundamental -e durante um tempo, bem no início, até tiveram- na capacitação das pessoas locais. Se o recurso angariado tivesse um componente forte em capacitação, elas construiriam um exército de sabedoria.

FOLHA - Essa necessidade de resultados rápidos com ONGs sublocadas pode fragmentar o processo?

CLAUDIO - Sim. Ninguém investe em capacitação, pois dá resultados muito fortes, mas lentos. Mas o medo não é só das ONGs, é do governo também.

SUZANA - No Ipê, fizemos esforço para capacitação a vida inteira. Começamos internamente, incentivávamos os estagiários a partirem para o mestrado, o doutorado. Hoje o instituto tem esse ponto forte [30% de mestres e doutores]. Enquanto os Estados Unidos têm mais de 300 cursos sobre biologia da conservação, a América Latina inteira tinha 12 cursos até algum tempo atrás, para toda essa biodiversidade.

É um ponto muito crucial. Só 30% dos "papers" que são publicados nas grandes revistas, nas reconhecidas, sobre a Amazônia brasileira, tem um autor ou um coautor brasileiro. O resto é tudo gringo. O conhecimento gerado fica no norte e, se não chega até nós, como é que vamos competir? Os pesquisadores [estrangeiros] muitas vezes nem se lembram de mandar cópia para as unidades de conservação em que estudaram. A pesquisa fica lá.

CLAUDIO - Não é só que o conhecimento não chega; nós não o estamos produzindo.

SUZANA - É um grau de desequilíbrio muito grande de conhecimento -e conhecimento é poder. O esforço do Ipê e de outras ONGs -porque a gente não está sozinho nisso- é fazer uma massa crítica que pense diferente. É abrir caminhos para que as pessoas venham a ter um nível de conhecimento que faça a diferença.
CLAUDIO - Nesse espírito, é preciso capacitar fortemente não para as prateleiras das bibliotecas, mas para um conhecimento que se transforme em ações. Não sou contra a pesquisa pela pesquisa, mas às vezes a gente tem vergonha de fazer pesquisa aplicada no

Brasil.

SUZANA - É considerada às vezes até de segunda classe. Fica o mundo do conhecimento que é o mundo das universidades, que não se mesclam. No nosso mestrado, temos uma disciplina que está fazendo uma diferença enorme, com resolução de

problemas

reais.

CLAUDIO - Que é como um [empreendimento] pode beneficiar o outro [uma comunidade] e todos podem beneficiar a biodiversidade. O que tem que desafiar é o tema, e não a sua divisão de conhecimentos.

FOLHA

ONLINE

Na quarta, leia a íntegra da entrevista e os regulamentos dos prêmios no site Empreendedor Social

Preço mínimo ajuda extrativistas – Andrea Vialli - Estado de São Paulo – Vida & - 08/03/2010

A política de preços mínimos para produtos florestais, estipulada pelo governo federal há um ano para proteger as comunidades extrativistas das oscilações de preço das matérias-primas e assim ajudar a manter a floresta em pé, começa a dar os primeiros resultados, ainda que tímidos. Até o momento, o programa já desembolsou R\$1,7 milhão em subvenções para comunidades produtoras de castanha, borracha, piaçava e babaçu localizadas em sua maioria em áreas de preservação ambiental permanente.

Em 2009, o governo estipulou preços mínimos para sete produtos do extrativismo, uma iniciativa coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) com recursos repassados aos extrativistas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), estatal ligada ao Ministério da Agricultura. A ideia é replicar, para o extrativismo, uma prática já difundida em culturas agrícolas como milho e algodão: o governo paga a diferença quando o preço de mercado está abaixo do valor mínimo estipulado.

A medida ajudou produtores a não abandonar suas atividades após a crise internacional, que derrubou o preço de produtos como a castanha. Mas ainda é cedo para avaliar os impactos da medida na contenção do desmatamento, pois não há estudos formais sobre os efeitos das subvenções nas regiões extrativistas. Mas, de acordo com Alan Boccato, diretor substituto de extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, ligada ao MMA, os impactos na melhoria da renda dos produtores já podem ser sentidos.

“A crise fez com que muitos produtos perdessem valor de mercado. Sem as subvenções, os produtores teriam se voltado para outras atividades, como a exploração

de madeira, que é mais rentável”, diz. Isso provocaria uma pressão sobre as áreas de preservação.

A cadeia da castanha é um exemplo. No início do ano passado, no auge da crise, o preço da castanha desceu ao patamar mais baixo: R\$ 25 o hectolitro. O preço estipulado pelo governo, de R\$ 52,94, salvou os rendimentos de muitas comunidades. Hoje o preço da castanha oscila em torno de R\$ 40, o que torna a subvenção ainda necessária. O gasto em subvenções para a cadeia da castanha foi de R\$ 583,2 mil até agora, referentes a 948 toneladas do produto.

Os produtores de borracha natural receberam ainda mais recursos: R\$ 873,9 mil por 488 toneladas. Os extrativistas de babaçu e piaçava receberam respectivamente R\$ 272,9 mil e R\$ 43 mil em subvenções. “Foi R\$ 1,7 milhão em pagamentos em oito meses. Por ser uma política nova, estamos avançando”, diz Boccato.

Ele explica que outras cadeias, como a do açaí, não chegaram a utilizar o benefício, pois o preço se manteve em alta no mercado. Com os resultados desse primeiro ano de programa, o governo já estuda a definição de preços mínimos para outros nove produtos da floresta.

DESAFIO

O empresário Luiz Laranja, fundador da Ouro Verde Amazônia, fabricante de produtos culinários à base de castanhas e que tem como fornecedores comunidades extrativistas da região do Vale do Jari, na divisa entre os Estados do Pará e do Amapá, afirma que a política de preço mínimo produziu efeito considerável no rendimento dos associados. “A subvenção faz uma diferença enorme para o extrativista. Infelizmente, muitos ficam sem o benefício porque não estão na formalidade”, diz.

Para receber a subvenção, o produtor precisa emitir nota fiscal e possuir uma declaração de aptidão do produtor (DPA), guia que qualifica o extrativista. “Só que muitos extrativistas sequer possuem RG”, diz Laranja. Segundo Boccato, do MMA, o governo estuda medidas de estímulo à formalização desses produtores.

Outro desafio do programa será criar meios para estimular a industrialização desses produtos, criando mais empregos nas comunidades.

Para Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra, se isso não for feito, a política pode ter um efeito pouco benéfico para o meio ambiente no longo prazo. “Esse tipo de subsídio é necessário agora.

Mas pode gerar distorções no futuro, se os produtores resolverem criar ‘monoculturas’ de produtos florestais subsidiados”, avalia. ●

Castanheiros conseguiram reverter prejuízos – Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Vida & - 08/03/2010

A coleta de castanhas é uma das poucas atividades econômicas permitidas na Reserva Extrativista do Rio Cajari, uma área de 485 mil hectares de floresta amazônica no Amapá. É de lá que vem parte da produção da Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores de Laranja do Jari (Comaja), uma das associações de produtores mais organizadas da região. No ano passado, eles retiraram parte das oscilações no preço da castanha.

“Muitos produtores estavam deixando de ir ao campo para extrair a castanha. Preferiam fazer roça”, conta Eliseu Cardoso, presidente da Comaja, que existe há 24 anos e reúne cerca de 400 extrativistas. Após seis meses reunindo a documentação

necessária, parte dos associados à cooperativa conseguiu ter acesso às subvenções do programa de preço mínimo para produtos florestais do governo federal.

“Isso foi muito importante para o extrativista, possibilitou às famílias ter sua renda para continuar na atividade”, diz Cardoso. O ano passado foi difícil para os produtores de castanha, que tiveram várias encomendas canceladas por causa da crise internacional. “Só conseguimos nos reerguer no fim de 2009, quando os clientes voltaram a fazer pedidos e o governo pagou as subvenções”, diz.

Do total, 102 produtores receberam entre R\$ 800 e R\$ 1.540 em subsídios, conforme o volume de vendas. Segundo Cardoso, outro benefício do programa foi ajudar a manter em funcionamento a fábrica de beneficiamento de castanhas que a cooperativa mantém no município de Laranjal do Jari (AP) e que emprega 160 funcionários e mais mulheres. ●

BNDES vai investir R\$ 71 milhões na Mata Atlântica – Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 08/03/2010

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai aplicar R\$ 71 milhões no reflorestamento de áreas degradadas em Estados com espécies nativas da Mata Atlântica. Foram selecionados 27 projetos, que abrangem 4 mil hectares. Não-reembolsável, o financiamento provém de lucros obtidos pelo banco. A iniciativa BNDES Mata Atlântica foi lançada no ano passado para preservar um dos biomas mais ameaçados no País. Está em fase final de análise, por isso os projetos não podem ser divulgados – pelo menos os do Estado de São Paulo, oito do Rio, quatro de Minas e três da Bahia.

O programa foi proposto por 22 ONGs, segundo o chefe do departamento de Operações e Políticas de Meio Ambiente do BNDES, Márcio Macedo. Segundo ele, haverá forte demanda nos próximos anos por projetos de reflorestamento, principalmente por causa da compensação ambiental de grandes obras.

No entanto, Macedo avalia que existe um gargalo no País: a produção de mudas e sementes.

Está previsto um levantamento sobre a capacidade de produção de mudas no País, com a participação de universidades. Macedo diz que há expectativa de uma nova rodada de financiamento para este ano, com linhas específicas para o setor de mudas e viveiros. “Queremos que o programa seja um dos instrumentos para que esse negócio cresça e seja atrativo.”

Em dezembro, uma equipe do BNDES visitou a fazenda Plathymenia, da empresa Biovert, que produz mudas há 23 anos em Silva Jardim, a 140 km do Rio. “Ficamos muito bem impressionados” diz Canepa.

O engenheiro florestal Marcelo de Carvalho, dono da Biovert, calcula que haverá uma demanda de pelo menos 50 milhões de mudas até 2016, ano da Olimpíada no Rio.

“Hoje seria impossível produzir isso”, avalia Carvalho. Segundo ele, a Biovert produz 3 milhões de mudas por ano, em duas safras, de cem espécies diferentes, todas da Mata Atlântica. “A chegada do BNDES pode ser a redenção desse mercado, que

não podemais ficarmarginal do jeito que é. Ao mapear isso, o banco está buscando uma informação técnica essencial, que hoje não existe”, diz Carvalho. Elenãoparticipouda

Iniciativa Mata Atlântica, mas poderá eventualmente ser beneficiado com a venda de mudas para projetos vencedores.

“O produto do banco é o dinheiro, eaparteambientaléhoje um obstáculo para qualquer empreendimento. Como o BNDES vai emprestar o dinheiro dele se não tiver como resolver o problema ambiental?”, indaga o dono da Biovert. “Ou ordenaessesegmentoounãovaiconseguir emprestar dinheiro.”

Países pobres "exportam" 23% de seu CO2 – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 10/03/2010

Mais de 6 bilhões de toneladas de gás-estufa são emitidas por ano na produção de bens levados a nações ricas, diz estudo

Maior fluxo de emissões "terceirizadas" é dos EUA para a China; com atraso no acordo do clima, situação alimenta ideia de imposto

Quase um quarto do volume de gases do efeito estufa emitidos por países pobres (23%) tem como origem produtos e serviços vendidos a países ricos, indica um estudo. Analisando a complexa malha internacional de relações comerciais, o trabalho conclui que em 2004, ano base da pesquisa, nações desenvolvidas produziram indiretamente 6,2 bilhões de toneladas de gás carbônico. Assinado por Steven Davis e Ken Caldeira, da Instituição Carnegie de Washington, o estudo avaliou o comércio relacionado a 57 setores da indústria em 113 países. Publicado na edição de ontem da revista "PNAS", o trabalho contribui para o debate de uma das grandes questões na negociação de metas de cortes de emissões. O CO2 emitido para produzir um determinado bem deve ser contabilizado por quem o fabrica ou por quem o consome? "Estamos mostrando que uma política regional para combater o aquecimento global não seria eficiente nos EUA, por exemplo, se as pessoas puderem simplesmente importar produtos de países como a China e esses países não tiverem restrição de emissões", disse Davis à Folha. Esses dois países são mesmo exemplos diametralmente opostos -um "importa" CO2 enquanto o outro "exporta"-, mas ambos se beneficiam da situação. Se por um lado a China engorda sua economia queimando combustíveis fósseis para produzir bens exportáveis, por outro os americanos acabam mascarando o impacto ambiental de seu consumismo.

Davis, porém, diz que mapear esse comércio disfarçado de emissões pode ajudar na negociação do acordo do clima. "A China e outros países relutantes em se comprometer com uma meta de redução de emissões podem se tornar mais propensos a negociar se puderem usar esse argumento para convencer nações ricas a pagarem parte do custo de mitigação."

A estimativa da responsabilidade indireta dos países ricos no estudo de Davis é até conservadora, porque só considera a emissão de CO2 por meio de queima de

combustíveis fósseis. Atividades econômicas que alimentam o desmatamento brasileiro, por exemplo, ainda não foram contabilizadas, por serem mais complexas. Ele também ataca o conceito de "responsabilidade histórica" dos países ricos sobre o aquecimento global. Segundo esse argumento, essas nações deveriam arcar com a conta da mitigação da mudança climática mais por terem emitido gases-estufa no passado do que no presente, pois muitas delas já não são grandes emissoras. Se o consumo em nações desenvolvidas for responsabilizado por emissões, porém, nações "limpas", como o Japão e os países nórdicos, ainda são grandes emissores. "A tendência histórica está continuando, não se alterando", diz Davis. Luiz Gylvan Meira Filho, do Instituto de Estudos Avançados da USP, especialista em mudança climática, diz que uma divisão de responsabilidades sobre emissões levando em conta o consumo em vez da produção não seria necessariamente mais justa. "Não há nenhuma regra física dizendo que uma seja melhor que outra." Para ele, porém, quanto mais o acordo global do clima atrasa, mais o desequilíbrio na "balança comercial" das emissões estimula o que todos temem: a criação de impostos sobre produtos que emitem carbono.

Brasil apoiará sul-africano na ONU, diz Minc – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 10/03/2010

O Brasil não deve apresentar uma candidatura própria ao secretariado da Convenção do Clima da ONU. Em vez disso, segundo o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o país apoiará a candidatura do sul-africano Marthinus van Schalkwyk. O cargo máximo das Nações Unidas para a área climática ficará vago a partir de junho. Seu ocupante atual, o holandês Yvo de Boer, renunciou ao posto no mês passado, em meio à frustração generalizada com o resultado da conferência de Copenhague, em dezembro. A reunião falhou em produzir um tratado internacional contra os gases de efeito estufa. Há uma chance alta de que o substituto do diplomata holandês saia de algum país emergente, como forma de ajudar a romper a desconfiança entre países ricos e pobres que emperra o acordo. O governo da África do Sul nomeou Van Schalkwyk, atual ministro do Turismo, oficialmente nesta semana. A Índia já havia proposto um candidato, Vijay Sharma. Após a renúncia de De Boer, especulou-se que o embaixador brasileiro Luiz Figueiredo, atual negociador na área de clima, ou seu antecessor, Everton Vargas, pudessem ser nomeados. "O Brasil não considera candidatura própria, mas apoia o Marthinus", disse Minc.

Proteção de floresta terá US\$ 3,5 bi – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 10/03/2010

Ideia é que um mecanismo de redução de CO2 por desmate possa começar neste ano

Encontro em Paris reúne nações tropicais e ricas; para ministro, esquema é reação a ceticismo criado com fiasco de Copenhague

DA REDAÇÃO

Representantes de países com florestas tropicais e representantes de países com dinheiro se reúnem amanhã em Paris para tentar criar um mecanismo de redução de emissões por desmatamento que possa começar já neste ano. O chamado Irpa (Arranjo de Parceria Interino para Redd) visa capacitar países tropicais a monitorar suas florestas e a gerenciar os recursos doados pelos países ricos para redução de desmate e conservação. O mecanismo começará com US\$ 3,5 bilhões, doados por EUA, Noruega, Japão, Austrália, França e Reino Unido. Segundo o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), que representará o Brasil no encontro, a ideia é que o Redd (nome dado a ações de redução de emissões por desmate) possa começar a funcionar mesmo na ausência de um acordo internacional de proteção ao clima.

"Fazer as coisas andarem antes de um acordo pode ajudar a derrubar o ceticismo que sobreveio à frustração generalizada com Copenhague", afirmou Minc à Folha. O Redd era um dos capítulos mais adiantados da negociação internacional antes do fracasso da cúpula na Dinamarca. Já era consenso, por exemplo, que o Redd terá três fases. Na primeira, países que ainda não têm metodologias nacionais de monitoramento adotarão uma -o Brasil possui uma das mais avançadas do mundo. Na segunda, serão feitos projetos em pequena escala e financiados por verba de doação. Só numa terceira fase, a ser implementada depois de assinado novo acordo do clima, é que países ricos poderiam usar ações de Redd como "créditos" a serem abatidos de suas metas de redução de CO2. Segundo Suzana Kahn Ribeiro, secretária nacional de Mudança Climática, o Brasil deve ajudar a capacitar outros países, transferindo de graça a tecnologia de monitoramento desenvolvida pelo Inpe. "O monitoramento será relevante de qualquer forma", diz Thelma Krug, do Inpe, principal negociadora do Brasil em Redd. Segundo ela, independentemente de um acordo internacional, devem ser firmados acordos bilaterais e constituídos fundos na área. (CA)

Sistemas de recompensa e de remuneração favorecem o clima – Jacilio Saraiva – Valor Econômico – 10/03/2010

Como uma empresa pode introduzir a cultura de gestão da inovação? Segundo especialistas, essa estruturação envolve frentes como a mobilização de equipes, alinhamento estratégico e recursos anuais para investimentos. "Não existe um percentual determinado sobre o faturamento para investir em gestão da inovação", avisa Paulo Sérgio Quartiermeister, diretor do centro de inovação e criatividade da Escola

Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). O valor do investimento vai depender da receita da companhia, do setor industrial a que ela pertence e do portfólio de produtos. "Mas é possível trabalhar com um planejamento estratégico de longo prazo para determinar quanto do lucro anual deve vir de produtos lançados nos últimos dois ou três anos."

Para Bruno Moreira, sócio do Instituto Inovação, que trabalha há sete anos com projetos de inovação em empresas, a implantação bem sucedida de uma cultura inovadora começa pela identificação dos padrões de comportamento mais arraigados dentro da organização.

"A companhia deve incentivar as boas práticas e desestimular processos que prejudicam a capacidade de realizar uma boa gestão." Entre as práticas que podem ajudar na criação de um ambiente inovador estão sistemas de recompensa e remuneração, parcerias estratégicas e processos de avaliação de ideias.

"Mas tudo deve começar com o líder da empresa", lembra Quartiermeister. "Ele precisa se conscientizar de que a inovação contribui para obter melhores resultados financeiros." Nesse caso, o trabalho da liderança pode envolver a reestruturação da empresa e a contratação de novos funcionários.

Se a companhia decidir pela criação de uma unidade especial para trabalhar com inovação, Quartiermeister aconselha que a seleção de pessoal priorize indivíduos criativos, sem medo de correr riscos e insatisfeitos com a situação atual da organização. "Eles devem estar sempre atualizados e em contato com o mercado." Além disso, precisam ser empreendedores, ter uma visão sistêmica da empresa, capacidade de motivar pessoas e de liderar processos de mudança.

Segundo Moreira, a área de inovação deve estar atrelada à alta direção para estabelecer um alinhamento estratégico entre os objetivos de inovação e as metas da organização. As equipes também precisam mostrar expertise em gestão de projetos e transferência de tecnologias, além de conhecimentos de propriedade intelectual e de instrumentos de fomento à inovação. "Esse time tem de ser aberto a novas ideias e incluir profissionais com perfil técnico e de marketing", lembra Gustavo Zevallos, autor do livro "101 Inovações Brasileiras" e sócio da empresa de assessoria de gestão Monitor Group.

Outra alternativa é a criação de comitês de funcionários de diversas áreas, que funcionem como disseminadores da inovação. "Muitas vezes, os comitês podem funcionar como um teste para verificar a eficácia de um setor dedicado ao desenvolvimento de novos processos." (JS)

Novos projetos valorizam os padrões de sustentabilidade – Genilson Cezar – Valor Econômico – Investimentos – 10/03/2010

Investir em inovação e sustentabilidade já é quase uma obsessão para algumas empresas. Não há medida para os gastos realizados na adoção de práticas sustentáveis

diferenciadas. A Braskem, por exemplo, aplicou R\$ 200 milhões na construção de uma unidade de eteno verde, produto fabricado a partir do etanol da cana-de-açúcar, em Triunfo (RS), que entra em produção industrial em meados deste ano. E avalia a possibilidade de desembolsar uma quantidade maior de recursos para também produzir polipropileno verde no polo petroquímico gaúcho.

Já a Dedini Indústrias de Base, principal fornecedora de equipamentos para usinas sucroalcooleiras, de Piracicaba (SP), estima em 2% do total de seu faturamento (cerca de R\$ 1,5 bilhão em 2009) o valor do dispêndio que fará este ano no desenvolvimento de engenharias para geração de ideias inovadoras e processos sustentáveis. O objetivo é desenhar novos projetos comerciais a partir do modelo da Usina Sustentável Dedini, que prioriza o menor gasto energético e o menor impacto ambiental em sua produção.

O esforço, que vem se tornando uma prática comum de corporações de diferentes segmentos de negócios, delinea um novo cenário, com impactos significativos na concorrência entre as empresas. "A maioria das empresas aproveita o atual momento econômico para manter, ou mesmo aumentar suas ações em sustentabilidade e, conseqüentemente, em inovação, porque percebem agregação de valor nessa atividade", diz Carlos Calmanovici, engenheiro Ph.D da área de TI da Braskem e vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisas e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei).

Segundo ele, um levantamento recente realizado entre as 160 empresas associadas à Anpei mostra que mais de 80% delas mantiveram ou aumentaram seus investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação em 2009. "A busca pela competitividade obriga as empresas a investir em inovação e sustentabilidade", atesta Calmanovici.

Não é só por uma questão de conscientização dos impactos da atividade econômica no ambiente ou por pressões da sociedade, cada vez mais esclarecida sobre a dimensão dos problemas ambientais. "A inovação, tanto quanto a preocupação com a sustentabilidade, permite desenvolver produtos diferenciados para o atendimento das necessidades do mercado e de aplicações pioneiras", explica o dirigente da Anpei.

Com um ambiente mais favorável no país para o uso de matérias-primas de fonte renovável, a Braskem aposta na produção de eteno a partir de etanol, com objetivo de fabricar polietileno 100% verde, uma resina utilizada para fazer sacolas para supermercados, embalagens, entre outros artigos. A nova unidade de Triunfo terá capacidade para produzir 200 mil toneladas de eteno verde ao ano, que serão consumidas pela própria Braskem para fabricar o polietileno verde.

Na Dedini, a motivação não é apenas a de ter imagem de uma empresa sustentável, avalia José Luiz Olivério, vice-presidente de tecnologia e desenvolvimento da empresa. "Nossa estratégia é oferecer sempre soluções, produtos e serviços que agreguem valor para o cliente", destaca.

A Dedini tem várias linhas de produtos que contribuem para a sustentabilidade. Além do etanol, que substitui a gasolina e tem um efeito ambiental de redução de gases

de efeito-estufa, a empresa desenvolveu soluções e tecnologias para o fornecimento de bioeletricidade, produzida a partir do bagaço de cana, estações de tratamento de efluentes, e biodiesel.

O grande trunfo comercial da companhia, dentro de sua estratégia de inovações sustentáveis, é a Usina Sustentável Dedini (USD), implantada pioneiramente na indústria Barrálcool, em Barra do Bugre (MT). É uma planta construída no conceito de quatro bios (bioaçúcar, bioetanol, bioeletricidade e biodiesel). O investimento foi da ordem de R\$ 25 milhões, e a solução possibilita reduzir as despesas em 15% quando comparadas à planta de biodiesel não integrada, informa Olivério.

"A Dedini inovou ao integrar uma planta de biodiesel na usina, de forma a usar energia do bagaço, ao invés de energia fóssil; o etanol ao invés do metanol; o óleo que produz a partir do grão plantado na mesma lavoura de cana (mamona, por exemplo), e produz um biodiesel com menor investimento, menor uso de energia renovável e, ao mesmo tempo, substitui o biodiesel usado na frota canavieira, reduzindo também as emissões de gás carbono."

Não é puro marketing conceitual, assegura Olivério. A Usina Barrálcool tem capacidade de produção de 2,5 milhões de toneladas de cana por safra e 50 mil toneladas por ano de biodiesel. Segundo ele, as encomendas suspensas de novas usinas de açúcar e álcool, por causa da crise econômica global, em 2008 e 2009, recomeçam a ser negociadas com o setor. Novos projetos estão previstos para ser iniciados em 2010.

"Desenvolvemos uma tecnologia mais eficiente em termos de recuperação de água, usando processos secos, de tal forma que temos uma usina autossuficiente em água."

Maior fabricante mundial de eletrodomésticos, Whirlpool Corporation considera a sustentabilidade um dos seus pilares estratégicos fundamentais. O olhar da empresa para essa questão vai além da sustentabilidade orientada a iniciativas verdes, comenta Nancy A. Tennant, VP de inovação da Whirlpool Universidade. "Para nós, a sustentabilidade é a criação de valor e vantagens competitivas de longo prazo. O objetivo é conduzir a sustentabilidade e as inovações necessárias para que isso aconteça", diz.

Na prática, isso significa desenvolver produtos inovadores e sustentáveis que resolvam os desafios enfrentados pelos consumidores. Na América Latina, a companhia contabiliza grandes experiências nesse campo, informa Mário Fioretti, gerente geral de design e inovação da Whirlpool. "Um exemplo é o Consul Facilite, o primeiro refrigerador Frost Free de uma porta do mundo, que rompeu a barreira de que só pessoas de alto poder aquisitivo podem usufruir dessa tecnologia. A vantagem desse refrigerador é que ele não precisa ser descongelado nunca, enquanto os modelos atuais precisam ser descongelados, em média, de 15 em 15 dias", afirma.

A empresa investe pesado na área de inovação, segundo o executivo. A previsão de investimentos da Whirlpool Latin America para este ano em tecnologias, pesquisas, marcas, marketing e comunicação é de R\$ 250 milhões, incluindo-se aí os projetos inovadores. Segundo Fioretti, o processo de inovação na Whirlpool surgiu formalmente

em 2000 e tinha o objetivo de mudar o "mar de branco" gerado pela comoditização dos produtos de linha branca. A inovação é implantada de forma estruturada. Há uma área, com orçamento próprio, responsável por processos de gestão, planejamento estratégico e, também, pelas métricas e metas a serem cumpridas por toda a organização. São mais de 600 profissionais dedicados ao desenvolvimento de soluções inovadoras para o mercado brasileiro e mundial de linha branca.

A companhia registrou 31 patentes em 2009, o que a torna a única empresa do Brasil entre as mil maiores instituições depositantes de patentes no mundo. Também no ano passado, a companhia lançou 160 novos produtos, muitos dos quais exportados para mais de 70 países. "A Whirlpool inova também em modelo de negócios. Um exemplo é o purificador de água Brastemp. Nesse caso, não estamos falando de um produto inovador, mas de um modelo de negócios pioneiro. Foi a primeira vez que um produto passou a ser 'alugado' em vez de ser vendido", conta Fioretti.

Ou seja, a inovação é hoje uma ferramenta de competição. "Trata-se de uma necessidade para uma companhia que quer se manter líder de mercado e, principalmente, quer atender as exigências dos consumidores", afirma.

Os resultados mostram o acerto do foco na inovação e na sustentabilidade, diz Fioretti. Em três anos, a companhia multiplicou por oito sua receita com produtos classificados como inovadores. Para 2010, a meta da Whirlpool é ter 25% da receita gerados com a venda de produtos classificados como inovadores. A empresa não divulga os valores da receita da Whirlpool Latin America, mas indica que encerrou o ano de 2009 com resultados recordes e um crescimento (em número de unidades vendidas) de 24% sobre o registrado em 2008. "Boa parte desse resultado se dá por conta da inovação e do lançamento de produtos cada vez melhores", diz Fioretti.

Pesquisa sobre biotecnologia e fontes renováveis de energia são prioridades da agenda global – Sítio eletrônico da CNA – 10/03/2010

O desenvolvimento de pesquisas e a conquista de fontes renováveis são as prioridades do século XXI, alertou hoje o economista e ex-ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto, em São Paulo. Ele realizou palestra sobre "Aquecimento Global e Política Econômica" no Fórum Internacional de Estudos Estratégicos para Desenvolvimento Agropecuário e Respeito ao Clima (FEED 2010). O evento, promovido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), tem por objetivo discutir as relações entre mudanças climáticas e atividade agropecuária. Delfim Netto afirmou que o Brasil tem como vantagens no cenário atual um agronegócio com alta produtividade, com capacidade de atender a demanda por alimentos e biocombustíveis, sem gerar conflitos. Outra vantagem brasileira é o petróleo do pré-sal, destacou ele, ressaltando que essas reservas devem ser utilizadas para fins nobres, como a petroquímica, com a manutenção das pesquisas em biocombustíveis.

O ex-ministro disse que a evolução no acesso às fontes de energia foi fator indispensável para promover o desenvolvimento humano ao longo dos séculos, e que esse mérito não pode ser desconsiderado, mesmo que o uso de combustíveis fósseis tenha ampliado a geração de Gases de Efeito Estufa (GEEs). "É óbvio que esse

movimento produziu o crescimento econômico e deterioração do meio ambiente. Mas o petróleo é do século XX e já está sendo substituído como matriz para os transportes”, destacou Delfim Netto. Segundo ele, a pauta energética já está centrada na pesquisa e desenvolvimento de fontes de energia limpa. “O homem não quer voltar à Idade da Pedra. Qualquer solução em relação à energia terá de contemplar um nível de crescimento adequado”, alertou o economista.

Delfim Netto destacou que na busca de autonomia energética, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, já deu claros sinais de que vai investir em fontes limpas e alternativas, priorizando biocombustíveis. “A revolução energética já está acontecendo nos laboratórios. Energia é o programa para o século XXI”, disse. O Brasil larga com vantagens nesse desafio, pois já utiliza matrizes renováveis para a geração de 45% da energia que consome. “Além disso, no Brasil não existe nenhum conflito no uso de áreas para a produção de alimentos e para fontes de energia renováveis”, afirmou.

Se o ex-ministro alertou sobre a tendência de fortalecimento no uso de fontes renováveis de energia, o pesquisador Eduardo Assad, da Embrapa Informática Agropecuária destacou a importância da pesquisa em biotecnologia para que o mundo possa enfrentar com menos dificuldades as mudanças climáticas. Assad alertou que as pesquisas já desenvolvidas indicam alta probabilidade de que ocorra aumento da temperatura, mas que ainda não há certezas quanto às possibilidades de aumento ou redução de chuvas. Indispensável é investir em pesquisa, desenvolvendo tecnologias antes que a produção agropecuária seja atingida por alterações no clima.

O desenvolvimento de variedades agrícolas melhoradas, mais adaptadas a novas condições de temperatura e oferta de água, demora cerca de dez anos, alertou Assad. Ou seja, os investimentos em pesquisa precisam começar logo. “Eu não acredito em mudanças climáticas, eu trabalho com dados. Estamos questionando se há ou não o aquecimento, mas preparando soluções que permitam trabalhar nesse cenário de adaptação”, afirmou. Um cenário de alta de temperatura deslocaria, por exemplo, as lavouras de café ao sul, permitindo o plantio até mesmo em terras gaúchas e catarinenses. Uma alternativa, disse o pesquisador, seria desenvolver uma variedade de café arábica com maior resistência ao calor, característica do café robusta.

O pesquisador Evaristo Eduardo de Miranda, da Embrapa Monitoramento por Satélite, realizou palestra sobre “Agropecuária e Meio Ambiente – Convergência e Conflitos”. Falou sobre temas como a busca da sustentabilidade rural e urbana, a necessidade de oferta de alimentos seguros e baratos e a relação entre produção agrícola e preservação das reservas de água. Destacou, por exemplo, que a agricultura estruturada é importante para os mananciais, favorecendo a recarga dos reservatórios subterrâneos de água. Miranda ressaltou novos desafios, como a utilização da palha na geração de energia, o que não ocorre hoje.

O FEED 2010 foi encerrado nesta terça-feira, 30 de março, com a leitura da Carta de São Paulo pelo Vice-Presidente Diretor da CNA, Assuero Doca Veronez. A carta propõe conciliar para conciliar futuro e presente – representados pela produção de alimentos e pela preservação do planeta – não nos permitir qualquer afastamento do bom senso e das recomendações da ciência.

Avaliação externa do painel do clima da ONU será coordenada por conselho que reúne cientistas sêniores de 15 países

Medida sai em meio a crise de credibilidade; antigos integrantes do órgão vão ajudar a identificar erros de procedimento em trabalhos

Em meio a uma crise de credibilidade, o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática) anunciou que o órgão responsável pela auditoria que avaliará seus procedimentos será o IAC (Conselho Interacademias), entidade composta por presidentes de 15 academias nacionais de ciências, incluindo a do Brasil. Em coletiva ontem em Nova York, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, e o presidente do IPCC, Rajendra Pachauri, enfatizaram que a auditoria, "completamente independente", visa "minimizar os erros [do painel], com total transparência, precisão e objetividade". Os dois detalharam o anúncio feito na semana passada pelo Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), que revelara a decisão de submeter o painel do clima a uma avaliação externa. A auditoria deverá ser concluída em agosto, antes da divulgação do quinto relatório do IPCC, em outubro. O órgão vem sendo pressionado por ter cometido erros em seu relatório de 2007, que lhe rendeu o Prêmio Nobel da Paz. Um dos problemas apontados foi a previsão de que as geleiras do Himalaia derreteriam até 2035. A fonte da informação incluída no documento do painel era um trabalho sem revisão técnica, e estava errada. Outro bombardeio de críticas ocorreu após o vazamento de e-mails roubados de cientistas na Universidade de East Anglia. Em algumas mensagens, membros do IPCC sugeriam vetar aos opositores da teoria vigente de aquecimento global o acesso a dados de temperatura. Ban Ki-moon, ontem, minimizou as críticas e afirmou não ver "indícios que coloquem em dúvida as principais conclusões" do texto. Para ele, "as evidências mostram que o aquecimento global está acelerado e necessita de ação urgente". "Lamentavelmente, houve um número muito pequeno de erros no quarto relatório [do IPCC]. Lembrem-se, tratam-se de 3.000 páginas de complexas informações científicas", disse o secretário-geral da ONU.

Afastamento

Após o anúncio, o holandês Robbert Dijkgraaf, um dos líderes do IAC, não deu detalhes sobre quem fará parte da auditoria, mas afirmou à Associated Press que o painel deverá ter cerca de dez membros, entre especialistas independentes e cientistas que já trabalharam com o IPCC, mas que estejam "afastados o suficiente para serem independentes".

Ainda de acordo com Dijkgraaf, o IAC escolherá o grupo em reunião marcada para o próximo dia 22. A ideia, diz, é "olhar para a frente", detectando erros de procedimento, metodologia e administração que possam prejudicar as conclusões do próximo painel das Nações Unidas para o clima. A Academia Brasileira de Ciências indicará pesquisadores para o grupo, segundo o seu representante junto à IAC, Eduardo Moacyr Krieger. "O IAC já tem trabalhado com a ONU em outros projetos. Tem experiência e competência para revisar os trabalhos do IPCC. Agora vamos consultar as academias dos países-membros, pedindo que ofereçam uma lista de pesquisadores para o trabalho."

Colaborou **RICARDO MIOTO**, da Reportagem Local

Conferência em Paris discute formas de conter emissões por desmatamento – MMA – 11/03/2010

Para o ministro Carlos Minc, que participou do encontro, a reunião desta quinta-feira marca uma mudança no pessimismo e ceticismo originados pelo fracasso da cúpula de Copenhague

11/03/2010

Ministros e representantes de cerca de 60 países reuniram-se nesta quinta-feira (11/3), em Paris, para discutir estratégias de combate ao desmatamento como forma de conter as emissões de gases-estufa. A Conferência Internacional sobre Grandes Bacias Florestais ocorre três meses após a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), realizada em Copenhague, e busca dar novo fôlego às discussões iniciadas na Dinamarca.

Para o ministro Carlos Minc, que participou do encontro, a reunião desta quinta-feira "marca uma mudança no pessimismo e ceticismo originados pelo fracasso da cúpula de Copenhague". Segundo ele, é preciso "mais consenso e respostas imediatas" para que a cúpula das Nações Unidas sobre clima, marcada para o fim do ano, em Cancun (México), não obtenha o mesmo resultado que a de Copenhague.

Em Paris, os participantes debateram o REDD+, mecanismo compensatório para iniciativas que visem à redução de emissões de gases-estufa por desmatamento e degradação. A ideia é que o REDD+ vigore mesmo na ausência de um acordo internacional sobre clima.

Na abertura do evento, o presidente francês Nicolas Sarkozy defendeu que os países ricos contribuam mais para que as nações pobres tenham condições de combater o desmatamento - problema responsável por cerca de 20% do total de emissões de gases-estufa no mundo.

"A reunião buscou organizar a questão de implementação e financiamento do REDD+, porque existe uma série de iniciativas acontecendo tanto em países interessados em colaborar quanto em países interessados em receber ajuda, mas não há nenhuma coordenação, e isso faz com que haja uma dispersão de recursos e projetos", diz a secretária de Mudanças Climáticas do MMA, Suzana Kahn, que também participou da reunião na capital francesa.

Por isso, em Paris foi formado um grupo de países, do qual o Brasil faz parte, para mapear os projetos já existentes e identificar quem precisa de recursos e quanto.

Respostas - Carlos Minc ressaltou que os países devem buscar "mais consenso e respostas imediatas" para problemas como o desmatamento, no qual o Brasil desempenha papel de protagonista, já que abriga em seu território boa parte da Floresta Amazônica. O ministro disse, ainda, que os países devem começar a trabalhar em aspectos como a gestão dos recursos, para não ir a Cancun somente com teorias a respeito, e "para que o México possa superar os problemas encontrados em Copenhague".

O ministro deu as declarações em uma entrevista coletiva realizada em conjunto com o ministro de Ecologia da França, Jean-Louis Borloo. Para o ministro francês, apesar de o desmatamento ser um tema que não está na agenda internacional, é

absolutamente vital. Borloo pediu resultados concretos e disse esperar "decisões operativas" a partir da reunião desta quinta-feira.

Além do ministro Carlos Minc e da secretária Suzana Kahn, a comitiva brasileira em Paris inclui o consultor do MMA, Tasso Azevedo, e a diretora do Serviço Florestal Brasileiro, Thais Linhares Juvenal.

Minc fala na OCDE

Na sexta-feira, 12 de março, às 10h, ainda em Paris, Minc participa de reunião do Grupo Informal sobre o Brasil, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O ministro fará uma apresentação sobre a política ambiental brasileira, especificando seus focos e prioridades. O evento ocorre na sede da OCDE, sala CC18, na Rue André Pascal.

Com informações de agências

Contra ruralistas, ambientalistas lançam campanha "exterminadores do futuro" – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política – 11/03/2010

A bancada ambientalista do Congresso lançou ontem uma ofensiva para impedir alterações substanciais exigidas por parlamentares ruralistas no Código Florestal Brasileiro. Às vésperas da campanha eleitoral, a estratégia é radicalizar o discurso em defesa da atual legislação para constranger os ruralistas.

Auxiliados pela ONG Fundação SOS Mata Atlântica, a Frente Ambientalista decidiu "divulgar" uma lista dos principais defensores da mudança da legislação ambiental. Batizada de "Exterminadores do Futuro", a campanha identificará quais são os deputados e senadores mais engajados no afrouxamento das regras ambientais. "A gente tem que constrangê-los. Eles têm que assumir a responsabilidade por suas opções", diz o coordenador da Frente Ambientalista, deputado Sarney Filho (PV-MA), também conhecido como Zequinha Sarney. "Temos que usar nossas armas".

A iniciativa foi recebida pelos ruralistas como uma "campanha intimidatória". A sessão de ontem da Comissão de Agricultura da Câmara transformou-se em uma sucessão de ataques a ambientalistas e ONGs do ramo. Classificados de "desocupados" e "paus mandados", os ambientalistas foram acusados de trabalhar pelos interesses da agricultura de países ricos. O recém-empossado presidente da comissão, deputado Abelardo Lupion (DEM-PR), ameaçou denunciar os parlamentares envolvidos na campanha no Conselho de Ética da Câmara. "É uma campanha nojenta", emendou o presidente da comissão especial de reforma do Código Florestal, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). "É um movimento agressivo, difamatório, sem escrúpulos e de caráter eleitoral".

A lista dos "exterminadores" terá uma gradação de acordo com o nível de defesa da alteração das leis ambientais. "Queremos mostrar para a população que todos podem fazer alguma coisa contra aqueles que querem promover retrocessos a nossa legislação ambiental", disse Mario Mantovani, diretor de Políticas Públicas da SOS Mata

Atlântica. "E também mostrar aos políticos que estamos de olho neles, acompanhando tudo de perto". A relação final dos políticos mais alinhados com a alteração das regras será divulgada em julho, justamente para surtir efeito durante as eleições de outubro.

A reação dos ruralistas incluirá argumentos colhidos ao longo de 30 audiências públicas realizadas em todo o país sobre as mudanças no Código Florestal. Parte do PT também apoiará a estratégia ruralista. Membro da comissão especial, o deputado Anselmo de Jesus (PT-RO) afirmou que as ONGs querem "destruir" a agricultura brasileira. "Um agricultor da Amazônia, que dá 80% de seu salário ao meio ambiente, concorre em igualdade de condições com outro que dá 20%", comparou, em referência aos percentuais de reserva legal mínima exigida para a Amazônia (80%) e Mata Atlântica (20%).

Os parlamentares ruralistas afirmaram que o atual debate deve ser ampliado para o Código Ambiental, que incluía as cidades, e não apenas o campo. "É estranho que esses defensores do meio ambiente não tenham apresentado sugestões nem participado das audiências públicas", criticou Micheletto. "O deputado Zequinha Sarney, por exemplo, não participou da audiência pública promovida em Imperatriz, no Maranhão. Não entendi o comportamento dele".

A repercussão entre os ruralistas agradou aos ambientalistas, que recentemente tiveram uma vitória de bastidores ao emplacar o deputado Jorge Khoury (DEM-BA) no comando da Comissão de Meio Ambiente da Câmara. "A situação na comissão ainda não é das melhores, mas já estamos bem mais tranquilos", afirmou Sarney Filho, que coordenou as negociações de bastidores para evitar o controle da comissão pelos ruralistas.

A SOS Mata Atlântica também apresentou uma carta com os compromissos que os políticos devem adotar para proteger o patrimônio natural brasileiro. Além disso, será lançado um site que permitirá a qualquer pessoa informar sobre a atuação de seus candidatos em relação às leis ambientais.

Ataque à ciência do clima – Jeffrey D. Sachs – Valor Econômico – Opinião – 11/03/2010

Na verdade, grandes interesses econômicos apoiam os que negam as mudanças climáticas

Nas semanas antes e depois da conferência sobre mudanças climáticas em Copenhague, em dezembro passado, a ciência das mudanças climáticas sofreu forte ataque de críticos que afirmam que os cientistas do clima suprimiram deliberadamente provas - e que a própria ciência é extremamente falha. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), grupo internacional de especialistas encarregado de avaliar o estado da ciência do clima, foi acusado de tendencioso.

A opinião pública mundial está desconcertada com esses ataques. Se não há acordo entre os especialistas sobre uma crise climática, por que governos gastam bilhões de dólares para atacá-la?

O fato é que os críticos - que são em pequeno número, mas agressivos em seus ataques - estão implementando táticas que vêm aperfeiçoando há mais de 25 anos. Durante sua longa campanha, eles têm exagerado, e muito, as divergências científicas para que cessem as ações que visam enfrentar as mudanças climáticas - e grupos de interesses especiais, como a Exxon Mobil, têm pago essa conta.

Muitos livros recentemente documentaram os truques praticados pelos que negam as mudanças no clima. "Merchants of Doubt" ("Mercadores da dúvida"), novo livro de Naomi Oreskes e Erik Conway, com lançamento previsto para meados deste ano, será um relato confiável do mau comportamento dos críticos. Os autores mostram que o mesmo grupo de trapaceiros, ocupando uma plataforma proporcionada pelos ideólogos do livre mercado na página de editoriais do "Wall Street Journal", vem tentando sistematicamente confundir o público e desacreditar os cientistas cujas ideias estão ajudando a salvar o mundo do dano involuntário ao ambiente.

Os atuais ativistas contra ações de enfrentamento às mudanças climáticas são, em muitos casos, apoiados pelos mesmos grupos de pressão, indivíduos e organizações que tomaram partido da indústria de cigarros, empenhados em desacreditar as evidências científicas entre fumar e câncer de pulmão. Mais tarde, negaram as evidências científicas de que os óxidos de enxofre resultantes da queima do carvão em usinas de eletricidade estavam causando "chuvas ácidas". Então, quando se descobriu que certas substâncias químicas chamadas clorofluorcarbonetos (CFCs) eram causa de redução do ozônio na atmosfera, os mesmos grupos também lançaram uma campanha nefasta para desacreditar essas evidências científicas.

Mais tarde esse grupo defendeu as gigantes do tabaco contra acusações de que o fumo passivo causa câncer e outras doenças. E então, a partir da década de 1980, esse mesmo grupo passou a combater a luta contra as alterações climáticas.

O que surpreende é que, embora esses ataques à ciência tenham se revelado errados por 30 anos, continuam a semear dúvidas. A verdade é que existem grandes interesses econômicos apoiando os que negam as mudanças climáticas, sejam empresas que não querem pagar os custos adicionais da regulamentação ou ideólogos do livre mercado que se opõem a quaisquer controles governamentais.

A mais recente rodada de ataques envolve dois episódios. O primeiro foi a invasão, por hackers, de um centro de pesquisa de mudanças climáticas na Inglaterra. E-mails roubados sugerem falta de transparência na apresentação de alguns dados sobre o clima. Quaisquer que sejam os detalhes nesse caso específico, os estudos em questão representam uma ínfima parte da esmagadora evidência científica que aponta para a realidade e urgência das mudanças climáticas resultantes da ação humana.

A segunda questão foi um erro gritante sobre as geleiras contido em importante relatório do IPCC. Nesse caso, é preciso compreender que o IPCC publica milhares de páginas de texto. Há, sem dúvida, erros nessas páginas. Mas os erros contidos em um

relatório vasto e complexo do IPCC apontam para a inevitabilidade de falhas humanas, e não para algum defeito fundamental na ciência do clima.

Quando os e-mails e o erro do IPCC foram trazidos à luz, os redatores dos editoriais do "The Wall Street Journal" lançaram uma campanha odiosa descrevendo a ciência do clima como embuste e conspiração. Eles afirmaram que os cientistas estavam fabricando provas para obter financiamento governamental para pesquisas - uma acusação absurda, pensei, na ocasião, pois os cientistas sob ataque dedicaram suas vidas à busca da verdade, e certamente não ficaram ricos, em comparação com seus pares que atuam nos mundos financeiro e empresarial.

Mas, depois, lembrei-me que essa linha de ataque - acusações de conspiração científica com objetivo de criar "negócios" para cientistas-foi praticamente idêntica à utilizada pelo "The Wall Street Journal" e outros, no passado, quando combateram controles sobre o tabaco, chuva ácida, destruição do ozônio, fumo passivo e outros poluentes perigosos. Em outras palavras, seus argumentos eram sistemáticos e casuísticos, inteiramente desvinculados das circunstâncias.

Estamos testemunhando um processo previsível desfechado por ideólogos, institutos de análises e publicações de direita visando desacreditar o processo científico. Seus argumentos vêm sendo repetidamente refutados há 30 anos, mas seus métodos agressivos de propaganda pública conseguem causar atrasos e confusão.

Os argumentos científicos que sustentam a tese de estarem em curso mudanças climáticas resultam de uma atividade intelectual extraordinária. Grandes mentes científicas aprenderam, ao longo de muitas décadas, a "ler" a história da Terra para compreender como funciona o sistema climático. Esses cientistas empregaram brilhantes recursos da física, da biologia e de instrumentação (como leituras de satélites contendo características detalhadas dos sistemas da Terra), a fim de avançar a nossa compreensão.

E a mensagem é clara: a utilização de petróleo, carvão e gás em larga escala está ameaçando os sistemas biológicos e químicos do planeta. Estamos criando mudanças perigosas no clima da Terra e nos processos químicos nos oceanos, dando origem a tempestades, secas e outros perigos radicais que comprometerão a oferta de alimentos e a qualidade de vida no planeta.

O IPCC e os cientistas estão nos transmitindo uma mensagem crucial. Com urgência, precisamos transformar nossos sistemas de energia, transporte, alimentação, industriais e de construção para reduzir o perigoso impacto humano sobre o clima. É nossa responsabilidade ouvir, compreender a mensagem, e então agir.

Jeffrey D. Sachs é professor de economia e diretor do Instituto Terra, da Columbia University. Ele também é Assessor Especial do Secretário-Geral para o Desenvolvimento do Milênio. Copyright: Project Syndicate, 2010. Podcast no link: <http://media.blubrry.com/ps/media.libsyn.com/media/ps/sachs163.mp3>

Países ampliam doações para prevenir desflorestamento – Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 12/03/2010

O volume de recursos internacionais para ações de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (Redd) nas maiores florestas do mundo cresceu 34% e pode chegar a US\$4,7 bilhões (cerca de R\$8,2 bilhões) até 2012. O acréscimo se deve às doações anunciadas por Alemanha e Espanha, além do fundo Global Environment Facility (GEF), durante a Conferência Internacional sobre Grandes Bacias Florestais, encerrada ontem em Paris. Na reunião, foram retomadas discussões por um acordo climático global e negociadores afirmaram que podem adotar uma meta mundial de redução do desflorestamento de 25% até 2015.

As novas doações elevam o total de recursos previstos, de US\$3,5 bilhões (R\$6,2 bilhões), para financiamento de projetos a serem realizados até 2012. Esse volume – equivalente a 20% do total disponível para combater o aquecimento global – havia sido previsto pela 15ª Conferência do Clima e era baseado em doações de seis países: Noruega, EUA, Reino Unido, França, Austrália e Japão. Até 27 de maio, quando ocorre a segunda parte da Conferência Internacional sobre Bacias Florestais, em Oslo, Noruega, a expectativa é de que o valor chegue a US\$ 6,9 bilhões (R\$ 12,2 bilhões).

Os mais de 30 ministros de Meio Ambiente e representantes de 64 países definirão ainda a criação de um grupo de cinco países, entre eles o Brasil, para articular um fórum sobre projetos e recursos para Redd. Até a conferência de Oslo deve ser definida a lista de projetos de combate ao desmatamento que serão candidatos aos recursos.

O ministro brasileiro, Carlos Minc, destacou a mobilização para relançar as negociações para um novo tratado climático. “Não queremos esperar por um acordo na ONU para começar o Redd.” Ele também informou aos parceiros que pretende reduzir o desmatamento da Amazônia em 90% (antes ele falava em 80%), além de proteger o Cerrado e a Caatinga.

A conferência também foi marcada por duas propostas da França. A primeira diz respeito à criação de metas de médio prazo para a redução do desmatamento em nível mundial. “Nosso objetivo deve ser reduzir o desflorestamento em 25% até 2015, em 50% até 2020 e de acabar com ele até 2030”, propôs o presidente francês, Nicolas Sarkozy.

O chefe de Estado francês propôs ainda que os recursos obtidos pela criação de uma taxa sobre transações financeiras – que parte da União Europeia defende – sejam destinados a programas ambientais. Além do financiamento a programas de proteção das florestas, a comunidade internacional precisa criar meios de aplicar os US\$ 30 bilhões que foram anunciados em Copenhague para projetos de combate ao aquecimento global.

CARGO NA ONU

Segundo o **Estado** apurou na reunião, o ex-ministro de Meio Ambiente da África do Sul, Marthinus van Schalkwijk, é o favorito para substituir o holandês Yvo de Boer no cargo de secretário executivo da Convenção do Clima das Nações Unidas (UNFCCC). O Brasil, até o momento, não tem candidato.

A escolha do substituto de Boer será anunciada pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, em julho.

Ambientalista é preso no Japão, sob aplauso de ativistas pró-caça à baleia – Folha de São Paulo – Ciência – 13/03/2010

A guarda costeira do Japão colocou ontem na prisão um ambientalista que tinha invadido um navio baleeiro na Antártida. O neozelandês Pete Bethune, 44, chegou ontem à Tóquio após uma viagem de quatro semanas. Recebido no porto sob aplausos de ativistas pró-caça e um circo de mídia, Bethune é membro da ONG Sea Shepherd, que trabalha tentando bloquear a atividade de baleeiros no mar Austral. Na ocasião de sua detenção, o ativista tinha entrado no navio Shonan Maru-2 após abordá-lo num jet-ski, para tentar dar voz prisão ao capitão. Seu plano deu errado, e a temporada de protestos acabou para a Sea Shepherd quando um de seus barcos afundou após colisão com um baleeiro. "Pessoas e países diferentes têm diferentes sentimentos em relação à caça à baleia, mas as ações agressivas da Sea Shepherd são perigosas e não podem ser aceitas", disse o primeiro-ministro japonês, Yukio Hatoyama. "As circunstâncias levaram à sua prisão. Ele deve ser investigado e julgado no Japão, mas não acho que isso abale nossas relações com a Nova Zelândia ou a Austrália." Bethune pode ser condenado a até três anos de prisão e multa de 100 mil ienes (R\$ 1.950). "Ele pode ser bandido no Japão, mas na Nova Zelândia e na Austrália é um herói", disse Paul Watson, líder do Sea Shepherd.

Minc quer uso de carvão vegetal até 2013 – Lígia Formenti – Estado de São Paulo – Vida & - 17/03/2010

Apesar de afirmar que o desmatamento no Cerrado "está beirando o descontrole", o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, quer dar prazo até 2013 para que as grandes empresas siderúrgicas parem de usar carvão vegetal de áreas nativas. A medida integra minuta de decreto que o ministério encaminha nesta semana para o presidente Lula com ações para combater a devastação no Cerrado.

Pela proposta, a proibição do uso de carvão de áreas nativas valerá para empresas consumidoras de mais de 50 mil metros cúbicos de lenha e 25 mil metros cúbicos de carvão vegetal ao ano. Hoje, a restrição abrange apenas empresas com consumo superior a 100 mil metros cúbicos.

Como há poucas empresas com porte tão grande, na prática, a restrição é pouco usada, disse Minc. "Até 2013, quem não demonstrar que todo carvão vegetal que usa é de área replantada será punido com multa e corte de crédito", disse.

Pela proposta, pequenos proprietários que têm autorização para desmatar poderão vender o carvão, mas apenas para pequenas empresas. "Para uma pizzaria, por exemplo", afirmou o diretor do departamento e Políticas de Combate ao Desmatamento, Mauro Oliveira Pires.

As grandes empresas, por sua vez, só poderão comprar carvão de áreas plantadas.

Responsável por 5% da biodiversidade do planeta e uma das savanas mais ricas do mundo, o Cerrado é um dos biomas mais ameaçados do País. Entre 2002 e 2008 foram devastados 85 mil quilômetros quadrados de vegetação nativa. Para tentar reverter essa tendência, um grupo de trabalho criado pelo governo desenvolverá o Plano de Ação para

Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Cerrado. As propostas do Ministério do Meio Ambiente foram apresentadas ontem e serão encaminhadas a setores do governo para avaliação. Minc considera as medidas fundamentais para que o País atinja a meta de redução de 40% do desmatamento no Cerrado até 2020, assumida na conferência de Copenhague.

Prioridade. A equipe de Minc também sugere a edição de um decreto definindo 20 municípios prioritários, onde seriam concentradas ações de fiscalização, controle e incentivo de atividades de manejo sustentável (*mais informações nesta página*).

As cidades, escolhidas por causa dos índices de destruição – elas foram responsáveis por 18% do desmate registrado entre 2002 e 2008 –, ficariam impedidas de conceder autorizações de desmatamento.

Outras medidas sugeridas são a ampliação do monitoramento, como uso do Deter, para identificar rapidamente áreas no Cerrado que começam a ser alvo de desmatamento ilegal e a inclusão do baru, da mangaba e buriti na política geral de preços mínimos (valor mínimo definido pelo governo para a comercialização do produto).

A equipe do MMA vai encaminhar também uma minuta para o Ministério da Fazenda, solicitando que o Cerrado seja incluído em uma resolução que condiciona a concessão de crédito rural à regularidade ambiental.

“Pode até haver uma chiadeira do setor produtivo, porque isso também faz parte. Mas é uma medida bastante razoável”, defendeu Minc.

Proposta controla a indústria, mas não impede o desmate – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 17/03/2010

As carvoarias e o comércio do carvão produzido dentro de seus fornos são o lado mais nefasto da destruição do Cerrado. A prática equivale a um tráfico de cadáveres.

A vegetação nativa é cortada, queimada, e seus restos mortais, vendidos como comida para alimentar as chamas dos fornos das siderúrgicas.

No lugar dela, entram pastos e plantações.

Por mais sujo que seja, porém, muito desse carvão não é ilegal. No Cerrado, fazendeiros têm o direito de desmatar até 80% de suas terras – o inverso da Amazônia. Se o desmatamento é autorizado, então o carvão produzido como resultado dele também é legal. O mais correto, então, seria permitir o comércio do carvão de origem legal e combater apenas o ilegal.

Mas quem é que vai separar o joio do trigo?

Claro que o esforço de proteger o Cerrado deve ser aplaudido. Mas cabe perguntar: se a atividade é tão nociva, por que dar prazo até 2013 para que ela seja extinta?

É importante observar, também, que a produção de carvão não é, tipicamente, uma causa primária do desmatamento. Na maioria dos casos, trata-se de um aproveitamento da madeira que foi cortada para a abertura de pastos ou plantações.

Nesse caso, se as autoridades continuarem a dar autorizações de desmate, a proibição proposta pelo MMA terá impacto sobre a siderurgia, mas não sobre a conservação. Pois o Cerrado continuará a ser desmatado. O carvão apenas vai para outro lugar. Ou os cadáveres, em vez de queimados, serão largados no campo para apodrecer.

Vegetação cobre 17% do Estado de São Paulo, diz mapeamento – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 17/03/2010

O governo de São Paulo acaba de concluir um mapeamento que mostra que 17,3% do território do Estado é coberto por vegetação. O dado é baseado em imagens de satélite dos anos 2008 e 2009.

A informação foi apresentada ontem pelo secretário estadual do Meio Ambiente, Xico Graziano.

O levantamento anterior, publicado em 2005 a partir de dados de 2001 e 2002, mostrava uma cobertura vegetal de 13,9%. Mas não é possível dizer que a diferença entre os 4,3 milhões de hectares vistos agora e os 3,4 milhões de hectares de vegetação observados anteriormente seja um crescimento real de florestas em São Paulo.

Isso porque os pesquisadores utilizaram dessa vez imagens de satélite quatro vezes mais detalhadas, que enxergaram mais áreas verdes. É como se antes as imagens fossem embaçadas e, agora, tivessem ficado mais nítidas.

Em vez do satélite sino-brasileiro Cbers foi usado o japonês Alos. Com a melhora da escala, houve ganho de áreas verdes nas bordas dos polígonos que já eram vistos, o que levou a um incremento de 345,7 mil hectares de vegetação.

Áreas verdes menores que três ou quatro hectares, que não eram detectadas pelo Cbers, também puderam ser incluídas agora. Esses novos fragmentos somaram mais 445,7 mil hectares de vegetação.

A estimativa dos pesquisadores é que o aumento real de áreas verdes – tirando, portanto, as que apareceram só agora por deficiências de visualização anteriores – tenha sido de 94,9 mil hectares.

“O próximo passo será localizar as áreas”, disse Marco Nalon, que coordenou o inventário florestal. O mapa foi feito por 16 especialistas.

Publicidade. Apesar de o secretário e os pesquisadores terem cuidado ao falarem do crescimento da área verde no Estado, um comunicado da pasta à imprensa informava que “a cobertura vegetal do Estado aumentou em quase 1 milhão de hectares”. “Essa forma de comunicar não está certa. O que aumentou foi a capacidade de mapeamento”, afirmou ontem Marcia Hirota, da Fundação SOS Mata Atlântica.

Tanto ela quanto o pesquisador Flavio Ponzoni, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), veem um aspecto positivo no mapeamento mais detalhado: o Estado terá maior capacidade agora para fiscalizar desmates.

PAC atropela contrapartidas ambientais – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Ciência – 14/03/2010

Ministério do Meio Ambiente assinou, na gestão Minc, 152 licenças para obras e criou apenas 7 unidades de conservação

Política do "dois pra lá, dois pra cá" dá lugar a prioridade para empreendimentos da vitrine do governo, como as hidrelétricas do rio Madeira

O Ministério do Meio Ambiente não conseguiu conter o rolo compressor das obras do governo e, ao contrário do que prometera, criou áreas de conservação em descompasso com as licenças ambientais liberadas para o PAC (Programa de Aceleração do

Crescimento).

A gestão de Carlos Minc é um exemplo dessa desproporção, que privilegia os empreendimentos da vitrine da gestão Lula em detrimento da chamada "contrapartida verde".

Desde a sua posse, em maio de 2008, ele assinou decretos de criação de sete novas unidades de conservação. No mesmo período, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) deu 260 canetadas para obras do PAC, sendo 152 licenças (prévias, de instalação e de operação), além de outras 108 autorizações de desmate para o avanço dos empreendimentos. Uma realidade às avessas da fala de posse de Minc, em maio de 2008. "Tive longas conversas com a ministra Dilma Rousseff [Casa Civil], nos entendemos muito bem, e a nossa música é dois pra lá, dois pra cá. Duas licenças, dois parques ambientais", declarou à época. A conta no final da gestão é, portanto, 42 para lá, 2 para cá. Entre as emitidas recentemente pelo Ibama, estão as licenças para as usinas hidrelétricas dos rios Madeira (Jirau e Santo Antônio) e Xingu (Belo Monte) e de pavimentação da BR-163 (Cuiabá-Santarém).

Por outro lado, no aguardo de canetadas ambientais, estão, por exemplo, a BR-319 (que liga Porto Velho a Manaus) e a usina hidrelétrica de Estreito (no rio Parnaíba). As licenças das usinas do rio Madeira, aliás, foram um dos pontos de atrito entre a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), coordenadora do PAC, e sua então colega de Esplanada, Marina Silva (Meio Ambiente). Dilma queria pressa na emissão das licenças, mas elas somente foram concedidas após o pedido de demissão da ministra do Meio Ambiente.

Outro atrito entre as pré-candidatas a presidente ocorreu por conta do ritmo de criação de novas unidades de conservação. Neste caso, era Marina que cobrava pressa de Dilma, que, por sua vez, segurava decretos para não atrapalhar o avanço de obras do PAC, em especial aquelas voltadas para a geração de energia elétrica. Um exemplo desse embate foi a discussão em torno da proposta de criação de uma reserva extrativista no Pará. Sob o argumento de que poderia prejudicar a construção de barragens da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, mesmo tendo sido proposta por Marina, o decreto somente foi publicado na gestão Minc.

"Muito mais difícil"

Desde a criação do PAC, em janeiro de 2007, o governo federal criou ou ampliou, por sua iniciativa, 18 áreas de conservação, segundo decretos presidenciais publicados no "Diário Oficial da União". No mesmo intervalo, segundo dados do Ibama tabulados pela reportagem, foram emitidas 219 licenças para ações do PAC, o que representa uma canetada ambiental para cada 12 licenças do programa federal de obras. Minc diz que ficou "muito mais difícil" criar novas áreas depois que o Palácio do Planalto passou a exigir o entendimento prévio com os governos estaduais (leia texto à direita).

O ato de criação de uma unidade de conservação é apenas um primeiro passo para evitar o desmatamento ilegal. O próprio governo admite que é preciso avançar na aprovação de planos de manejo, no processo de regularização fundiária e no treinamento de servidores para atuar nessas áreas. Nem todas as unidades, como o nome pode sugerir, são áreas intactas de mata nativa. Há, sim, as que pelo menos em tese deveriam ser de proteção integral, como parques, reservas biológicas e estações ecológicas. Mas há também aquelas nas quais é permitida a exploração, desde que sustentável, como as reservas extrativistas.

Um Piauí
No governo Lula, sempre segundo decretos presidenciais, foram destinados 25,4 milhões de hectares para unidades de conservação, uma área equivalente ao território do Piauí.

Desse montante, 22,4 milhões de hectares foram criados entre janeiro de 2003 e maio de 2008, na gestão de Marina Silva, hoje pré-candidata a presidente pelo PV. Os 3 milhões de hectares restantes foram criados em decretos assinados por Minc. Até o final do mês, quando deixará a pasta para disputar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, o ministro promete anunciar mais algumas áreas de proteção: na Bahia, em Roraima, no Espírito Santo e no Piauí.

"Negociação de reservas está mais delicada" – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/03/2010

O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) afirma que ficou "muito mais difícil" criar novas áreas de proteção ambiental por conta da exigência do Planalto de incluir os governadores nas discussões. Nem sempre os interesses federais coincidem com os interesses regionais.

"Não é que você não possa criar [novas áreas], mas é que o governo federal tem levado a um entendimento [com os Estados], quer polemizar o menos possível. Esse critério, e não vou discutir a justiça dele, tem alguma base. Mas que é muito mais difícil, é", afirma ele.

Minc assumiu o cargo em maio de 2008. Desde então, o Ibama deu, em média, sete licenças ambientais mensais para o PAC. A média de sua antecessora, Marina Silva, é de quatro licenças por mês.

Condições

"Algumas [licenças] a gente disse não, algumas a gente colocou "n" condições, com menos impacto [ambiental] e mais compensações", argumenta o ministro, que não faz uma relação direta entre a criação de unidades de conservação e o avanço do Programa de Aceleração do Crescimento.

"Não acho que a questão ambiental nesse período tenha sido menos forte do que no período anterior", disse o ministro, citando a queda do desmatamento na região amazônica, a definição de metas nacionais para o clima e o zoneamento do plantio da cana (que excluiu da borda do Pantanal esse tipo de plantação).
(ES)

Líder do desmatamento hoje defende o ambiente – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/03/2010

Absorvido pela política, o engenheiro agrônomo Blairo Borges Maggi acabou se distanciando da linha de frente da atividade em que havia se tornado especialista: produzir grãos.

Durante mais de uma década, ele foi o maior produtor de soja do País,

ate a perder a coroa para o primo Erai Maggi Scheffer. Governador do Estado de Mato Grosso desde 2002 – foi reeleito em 2006 – ,Blairo deve deixar o cargo e se dedicar a carreira pública, repassou a gestão de sua empresa, o grupo Andre Maggi (Amaggi), a um conselho administrativo presidido por Pedro Jacyr Bongioiolo. A empresa ficou na 14.ª posição entre as maiores exportadoras em 2009.

Embarcando para o exterior o milho, soja em grão, farelo e milho, a Amaggi responde por quase 1% do volume total exportado pelo Brasil e subiu 19 posições em 2009 em relação a 2008 no ranking de maiores exportadores – o crescimento foi de 41,9%.

À frente do grupo de Blairo estavam grandes empresas como a Petrobras e a Vale.

Ele diz que o grupo diversificou as atividades, mas continua sendo grande produtor agrícola. Na safra 2008/09, plantou 139 mil hectares de soja, 56,9 mil de milho e 10 mil de algodão, com produção de 781 mil toneladas de grãos e 17 mil de pluma. “Sou produtor e vamos continuar crescendo”, afirmou.

Como governador, Blairo passou a defender o conceito de produção sustentável que adotou em suas fazendas, depois de ser apontado por ambientalistas como o “rei do desmatamento”.

Ele criou o MT Legal, projeto de recuperação das áreas de reserva e proteção permanente, e levou a Conferência Climática de Copenhague (COP15), em dezembro, a proposta de pagar ao produtor que, podendo desmatar, mantém a floresta em pé.

O governador abriu o diálogo com ambientalistas. “Comecei a levar essas entidades para a discussão aqui e fora do País. Essa mudança no setor de conservação ambiental foi importante e o Estado não perdeu. A produção continua crescendo até 5% ao ano e, num horizonte de 15 anos, vamos duplicar a produção agrícola no Estado de Mato Grosso, sem desmatamento.”

A fórmula, segundo ele, é destinar para a agricultura parte dos 25 milhões de hectares disponíveis para pecuária.

O grande negócio do Estado é a produção de alimentos. De 2003 para cá, reduzimos 90% do desmatamento, mas também mais do que dobrou o PIB (Produto Interno Bruto) do Estado, de R\$ 22 bilhões para R\$ 49 bilhões.

Segundo Blairo, a produção agrícola não mudou muito, mas a verticalização cresceu. “Passamos a usar a produção agrícola para produzir proteína animal, mais frango, mais suínos, mais bovinos, que são abatidos, saem prontos para o consumo, com valor agregado. Isso gera empregos com mais qualidade.”

Com a candidatura ao Senado, ele pretende discutir nacionalmente a questão ambiental.

“As duas coisas, a produção e o meio ambiente, podem andar juntas e nosso Estado é o exemplo disso”, afirma. “O meio ambiente precisa ser parceiro também do setor produtivo e o ambientalismo caminha para isso.”

Como Blairo, vários outros grandes produtores desoja esta oligarquia política, como o gaúcho Otaviano Pivetta, do grupo Vanguarda, o deputado federal Odílio Balbinotti (PMDB-PR) e o senador Gilberto Flavio Goellner

(DEM-MT). /J.M.T

As antigas Majestades

O governador Blairo Maggi perdeu o título de rei da soja, mas ainda é o 14.º maior exportador do País. A área plantada da sua empresa tem 139 mil hectares de soja, 56,9 mil de milho e 10 mil de algodão, com produção de 781 mil toneladas de grãos e 17 mil de pluma. Formado em agronomia pela Universidade Federal do Paraná, é filho de André Maggi, pioneiro da soja na década de 80. Elegeu-se governador em 2002, pelo PPS, e reelegeu-se em 2006, pelo PR. Antes de Blairo, o primeiro produtor individual a se tornar conhecido como rei da soja foi Olacyr de Moraes, pioneiro no cultivo no cerrado e dono da Fazenda Itamarati. Empreiteiro que fez fortuna com obras públicas, foi um dos idealizadores da Ferronorte, ferrovia que liga o cerrado a Santos. Pai de Marcos de Moraes, criador do primeiro e-mail gratuito do País, o zipmail, e do Portal Zip.net. Inspirado pelo filho, Olacyr entrou no setor de telecomunicações, criando a LegalPhone, após vender a fazenda Itamarati para pagar dívidas.

'Este não é o Brasil que Lula apresenta para o mundo' – Catarina Alencastro - O Globo - O País – 14/03/2010

Diretor do Greenpeace diz que viu realidade de apartheid na Amazônia

ENTREVISTA Kumi Naidoo

Recém-empossado diretor-executivo do Greenpeace internacional, o sul-africano Kumi Naidoo veio ao Brasil cobrar dos três principais pré-candidatos à presidência um plano para que o país cumpra o que assumiu na conferência do clima em Copenhague. Kumi manifestou preocupação quanto à possibilidade de o Congresso alterar o código florestal brasileiro, tido como uma das legislações mais modernas em termos de proteção.

Catarina Alencastro

O GLOBO: O que o senhor veio fazer no Brasil?

KUMI NAIDOO: Ver o plano do Brasil para cumprir as metas com que se comprometeu (de reduzir emissões de CO2 em até 38,9% com relação ao projetado para 2020) e trazer uma mensagem de encorajamento e urgência, particularmente aos políticos do Brasil, que têm o poder de fazer as coisas andarem. Se até 2015 as emissões globais não atingirem seu pico e começarem a baixar, os cientistas têm nos dito que o nível de catástrofe vai atingir nível maior. A história vai nos julgar sem piedade, se a gente não responder ao desafio que temos pela frente.

Quais são os desafios do Brasil na área ambiental?

KUMI: O Brasil tem leis muito boas, a dificuldade é implementá-las. É péssimo você ter boas leis e má implementação porque é quase a ausência de leis.

Como foi o encontro com a ministra Dilma?

KUMI: Ela fez uma análise bem razoável do que aconteceu em Copenhague, não foi distante da nossa.

Nós a pressionamos com relação ao código florestal e ela concordou conosco em que o código não pode ser enfraquecido e que se o desmatamento continuar na Amazônia isso será ruim para o Brasil. Mas a gente tem sempre que ver o que é dito e o que é feito. Eu quero acreditar que ela seguirá o que disse.

Pareceu sincera e se demonstrou entusiasmada com as questões que a gente colocou. Vamos torcer para que essas questões sejam realmente levadas para o debate eleitoral.

O senhor também esteve com o governador José Serra e com a senadora Marina Silva? **KUMI:** O governador Serra disse que quer transformar São Paulo em um laboratório para enfrentar as mudanças climáticas. Ele disse que o estado terá o primeiro fundo para financiar a adaptação de pequenas e médias empresas.

E a senadora Marina Silva, o que disse?

KUMI: Todos os três candidatos concordaram com a necessidade de acabar com o desmatamento, de que a Amazônia em pé tem um valor maior para o Brasil do que destruída e que o código florestal tem que ser defendido. Nós temos dito para países como a República Democrática do Congo e Indonésia, que têm florestas enormes, que eles têm que fazer o que o Brasil fez. E de repente alguns interesses no Congresso brasileiro enfraquecem o código florestal? Isso mina o exemplo internacional que o Brasil pode dar.

O que é feito aqui deve ser copiado por outros emergentes?

KUMI: O Brasil tem recursos abundantes para virar o principal país do mundo em tecnologia verde. Tem mais potencial do que qualquer outro que conheço.

O Brasil pode virar um exportador de tecnologia solar, eólica.

É o país com as melhores oportunidades de transformar essa crise global em oportunidade.

O senhor também esteve na Amazônia?

KUMI: Eu estive na Amazônia durante uma semana. Eu vi o bom, o ruim e o horrível. Passei por Manaus, passei um dia nos arredores e é lindo, maravilhosamente biodiverso e te faz lembrar que temos que proteger este lugar, mas o ruim da Amazônia é muito, muito ruim.

Como assim?

KUMI: A gente viu áreas de mineração, criações de gado. É assustador ver pequenas quantidades de gado numa área enorme de pastagem, solto ali só porque tem água, pasto e é barato largá-lo ali. Vimos vários tipos de trabalho análogo à escravidão.

Conheci uma freira que foi atacada muitas vezes, sua sobrinha foi assassinada. Este não é o Brasil que o presidente Lula apresenta para o mundo. Esta é uma realidade de apartheid, na qual pessoas são assassinadas por lutarem por justiça.

Clima cético – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 15/03/2010

Ação contra aquecimento global perde apoio nos EUA e alimenta visões mais pessimistas sobre a próxima cúpula do clima

A URGÊNCIA no combate às mudanças do clima provocadas pela ação humana viu-se atingida, na semana passada, por duas notícias. A primeira foi a divulgação de pesquisa de opinião segundo a qual quase metade dos norte-americanos considera exagerada a preocupação com o aquecimento do planeta. São agora 48% de "céticos", contra 41% em 2009 e 31% em 1997. Diante do esvaziamento do apoio popular torna-se mais improvável que o Senado dos Estados Unidos possa aprovar, neste ano, projeto apresentado pelo presidente Barack Obama para cortar em 17%, até 2020, as emissões de gases do efeito estufa que o país produzia em 2005. É difícil crer que parlamentares, em ano de eleição, sintam-se encorajados a votar uma lei contrária às crenças de metade da população.

Uma outra notícia relevante veio com o anúncio de que o Conselho Interacademias, congregação de sociedades científicas de 15 países, entre os quais o Brasil, liderará uma revisão externa dos procedimentos do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima).

O painel instituído pelas Nações Unidas para analisar periodicamente a evolução do clima foi alvo de denúncias recentes relativas a erros localizados, mas significativos, em seus relatórios. Tratou-as de início com soberba, mas se rendeu a uma auditoria independente para salvar a própria reputação.

Como se vê, há razão de sobra para um pouco mais de ceticismo científico nos debates ambientais. Menos para Al Gore, o ex-vice-presidente democrata dos EUA, que perdeu a eleição de 2000 para George W. Bush e depois se lançou com zelo evangélico e senso midiático em campanha a favor do clima.

No auge, atraiu milhões de espectadores para o documentário "Uma Verdade Inconveniente", que lhe rendeu um Oscar e um Nobel da Paz, ambos em 2007. Em seu novo livro, "Nossa Escolha", e em entrevista para a Folha, Gore diz que a humanidade já conta com tecnologia para solucionar, não uma, mas três ou quatro crises climáticas. Na sua avaliação, que parece irrealista, o projeto de Obama será aprovado em

poucos meses.

O ex-vice presidente dos EUA parece não levar em conta a possibilidade de que a ascensão dos "céticos" e os arranhões na imagem do IPCC contribuam para erodir o apoio a metas ambiciosas de redução de emissões.

Como o enfrentamento do problema exige a atuação conjunta de dezenas de nações, as perspectivas para a próxima cúpula do clima, prevista para dezembro, no México, vão se tornando mais desanimadoras.

Mas a questão climática, para ser enfrentada de modo satisfatório, precisa menos de crenças otimistas ou pessimistas e mais de análises objetivas das transformações da atmosfera. É com apoio científico capaz de embasar decisões sensatas dos governos que se caminhará rumo à necessária reorientação da economia global.

"Podemos solucionar a crise do clima, com folga" – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – Entrevista com Al Gore - 15/03/2010

Apesar do fracasso de Copenhague e da crise do IPCC, Al Gore se diz otimista

O otimismo de Al parece incorrigível. Desde que perdeu a eleição presidencial de 2000 para George W. Bush, o democrata se dedica em tempo integral a pregar obstinadamente sobre os riscos da mudança do clima. Seu evangelho verde se espalha em dois livros, "Uma Verdade Inconveniente" e "Nossa Escolha" (editora Manole). O primeiro originou documentário que levou o Oscar, em 2007, mesmo ano em que ganhou o Nobel da Paz. O Nobel, porém, foi dividido com o IPCC, ora sob investigação. Apesar do golpe na credibilidade da ciência do clima e do fracasso de Copenhague, Gore não se faz de rogado: "Podemos solucionar completamente a crise do clima, com folga".

O subtítulo do novo livro de Gore é "Um Plano para Solucionar a Crise Climática". O primeiro se concentrava em expor as previsões de pesquisadores sobre o futuro da

atmosfera da Terra, algumas bem mais catastróficas que as do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). Agora o apóstolo se volta para as sugestões compiladas em 30 "cúpulas de soluções" que organizou nos últimos três anos pelo mundo afora. Sua fé renovada se ancora na tecnologia. Máquinas como o satélite Triana/DSCOVER, congelado por Bush anos a fio, revelarão aos olhos de todos a verdade sobre a saúde combatida da Terra. Redes inteligentes para transmissão de eletricidade permitirão administrar a sazonalidade e a intermitência das fontes renováveis de energia mais promissoras -eólica, de biomassa e solar. Por vida das dúvidas, Gore continua acreditando no poder do cinema para converter os céticos. Adorou "Avatar", de James Cameron, "uma poderosa metáfora" sobre a força irresistível da natureza. Nos dias 26 e 27 ele estará com Cameron em Manaus, para palestras no Fórum Internacional de Sustentabilidade.



FOLHA - Seu recente livro "Nossa Escolha" transmite uma mensagem tão sóbria quanto otimista: uma catástrofe inimaginável nos espreita se não agirmos, mas ainda há tempo e ferramentas bastantes para solucionar três ou quatro crises do clima. Não é otimismo demais?
AL GORE - Acho que não. Nos últimos três anos organizei mais de 30 "cúpulas de soluções" com os maiores engenheiros, cientistas e empresários do mundo e fiquei agradavelmente surpreso ao descobrir como está avançado o desenvolvimento dessas soluções. O Brasil, por exemplo, tem liderado o mundo ao inovar um meio muito eficaz de empregar biomassa [cana-de-açúcar] para substituir combustíveis líquidos baseados em petróleo. De modo similar, outros países fizeram progressos em energia solar, eólica e geotérmica. Portanto, não acho que seja otimista demais, de jeito nenhum. Mas o ingrediente essencial continua a ser vontade política. Mesmo com a sensacional liderança do Brasil em Copenhague, o mundo como um todo ainda não fornece vontade política suficiente para implementar as soluções em grande escala. Mas estou otimista que o farei.

FOLHA - Eu me referia à sua afirmação de que "três ou quatro" crises climáticas podem ser solucionadas com as ferramentas à mão.
GORE - Se nos lançarmos numa guinada para formas de energia renováveis e de baixo carbono em transportes, imóveis residenciais e comerciais e agricultura e silvicultura sustentáveis, podemos solucionar totalmente a crise do clima, com folga.

FOLHA - Há um componente tecnológico forte em seu otimismo: computadores e satélites nos ajudarão a enxergar a luz [da verdade] sobre o planeta e seu clima. Mas o exemplo do satélite DSCOVER/Triana, do livro, também pode ser visto como um alerta sobre o poder dos governos de impedir que isso aconteça. Tecnologia e ciência sairão sempre vitoriosos?
GORE - (Ri) Depende de nós, em nossos respectivos países, garantir que as políticas públicas se baseiem na melhor ciência e na melhor informação disponíveis. No caso do Triana: o satélite acaba de ser incluído no orçamento do presidente Obama para este ano.

FOLHA - Foi mero atraso, então?
GORE - Um longo e custoso atraso. Os negacionistas do clima têm combatido em todas

as frentes para impedir o progresso. Há alguns que acreditam genuinamente que não se trata de uma crise, mas o grosso da oposição vem dos maiores poluidores de carbono, que não querem ser obrigados a assumir a responsabilidade por deitar fora enormes quantidades de poluição na atmosfera terrestre, como se ela fosse um imenso esgoto a céu aberto. Assim como as companhias de tabaco lutaram contra as limitações à comercialização de cigarros atacando os cientistas que fizeram a ligação entre cigarros e doenças do pulmão, os grandes poluidores de carbono estão atacando os cientistas que conduziram os estudos mostrando conclusivamente que a poluição do aquecimento global produzida pelo homem está causando a crise do clima.

FOLHA - A espécie humana jamais fez uma escolha coletiva sobre seu futuro. O sr. é o primeiro a dizer, no livro, que essa perspectiva parece absurda. O que o deixa tão seguro de que estamos à altura da tarefa?
GORE - Nós temos de fazê-lo, para expressar o amor que temos pelos nossos netos. Para evitar sermos lembrados pelas gerações futuras como uma geração criminosa, que ignorou de forma egoísta e cega os claros sinais de que o seu destino estava em nossas mãos. Porque o modo como fomos criados nos dá um respeito destemido pela verdade e pela justiça. Não importa quanto tempo ela seja obscurecida por aqueles que encaram a verdade como inconveniente, cedo ou tarde os anjos de nossa melhor natureza vencerão.

FOLHA - O sr. é mesmo otimista.
GORE - Houve momentos no passado em que a civilização foi confrontada com ameaças que pareciam inimaginavelmente difíceis. O totalitarismo ameaçou exterminar a liberdade. Pareceu improvável, em alguns instantes, que as forças da democracia e da liberdade venceriam. Mas elas conseguiram, se puseram à altura do desafio. Houve outros exemplos. Muitos achavam que as mulheres nunca receberiam permissão para votar e participar de modo igualitário na sociedade. Nos séculos passados, muitos achavam que a escravidão era uma condição natural, que deveria ser tolerada.

FOLHA - Há muitos lugares do mundo onde o totalitarismo ainda é uma ameaça e os direitos das mulheres não são respeitados.
GORE - Nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, era forte a ameaça de que o totalitarismo iria extinguir a liberdade. Com a vitória, a democracia ganhou essa luta e claramente o movimento está a favor da democracia e da liberdade, hoje.

FOLHA - Mas isso nos custou uma guerra enorme e sangrenta.
GORE - É verdade.

FOLHA - Espero que não cheguemos a tanto no clima.
GORE - (Ri) Isso não vai acontecer.

FOLHA - Se o sr. tiver de destacar uma prioridade em termos de energia, seria a eólica? Ou seria mais esperto, para países como o Brasil, investir antes na montagem de uma super-rede elétrica inteligente, capaz de lidar com uma ampla variedade de fontes de energia renovável, de biomassa a hidreletricidade?
GORE - Acho que temos de fazer várias coisas simultaneamente. Uma super-rede é importante para o uso de todas as formas de energia renovável. Tanto a energia eólica quanto a solar são muito promissoras. A segunda e terceira gerações de biomassa são igualmente promissoras. Mas o maior recurso são as melhorias de eficiência. E o passo

singular que poderia ser dado para estimular o progresso em todas essas áreas é pôr um preço no carbono, de modo que o custo da redução da poluição seja integrado nas decisões do mercado. Isso estimularia todas as formas de energia renovável e todos os recursos de eficiência.

FOLHA - O sr. tem preferência por impostos sobre o CO2 ou por limites e comércio de permissões para emitir carbono ("cap-and-trade")?
GORE - Prefiro ambos. A vantagem da abordagem "cap-and-trade" está na eficiência oferecida para a coordenação global, sem requerer que os governos tomem decisões todos os dias. Se os valores estão incluídos no mercado, então o mercado pode ser um aliado na seleção de todas essas possibilidades. Mas não há dúvida de que um imposto sobre o CO2, neutro em termos de renda, seria uma opção poderosa. A Escandinávia e alguns países, como a França, já o estão usando. É difícil imaginar um imposto de carbono globalmente harmonizado, por isso a noção de "cap-and-trade" é provavelmente melhor como base para a coordenação internacional.

FOLHA - Copenhague não terminou como se esperava, e muitos duvidam que Cancún possa levar a um tratado legalmente vinculante. Yvo de Boer renunciou ao posto de secretário da Convenção de Mudança Climática da ONU. O IPPC está sob fogo cerrado. Obama enfrenta dificuldades para conseguir que o Congresso dos EUA vote a legislação sobre clima e energia. Ainda temos motivo para manter o otimismo?
GORE - (Ri) Sim, temos. Porque ainda há um movimento de base em todo o mundo, crescente, para enfrentar essa crise. Nos EUA a legislação está seguindo em frente e será votada em poucos meses. O fracasso em Copenhague se deveu primariamente ao fato de o Senado dos EUA ter falhado em aprovar essa legislação antes da conferência, forçando o presidente Obama a negociar com ambas as mãos atadas às costas. Como ele não podia pôr essa legislação sobre a mesa, os chineses resistiram a fazer concessões de seu lado, de modo que os dois maiores poluidores deixaram de agir. Isso fez o restante do mundo adiar a ação. Se os EUA aprovarem a legislação antes da conferência de Cancún, poderemos ver uma dinâmica muito diferente em ação.

FOLHA - O sr. estará no fim do mês em Manaus, para um seminário que terá também o cientista Tom Lovejoy e o cineasta James Cameron. O sr. acha que o filme "Avatar" terá um papel em despertar consciências para o tipo de problemas da floresta que o sr. trata em seus livros e seu próprio documentário?
GORE - É um filme com uma metáfora muito poderosa. Sou grande fã do filme. Tanto James Cameron quanto Tom Lovejoy são meus amigos. Lovejoy é um cientista com quem trabalho há anos. Ele me levou em minha primeira viagem para a Amazônia, 30 anos atrás.

Mudança do clima e interesses – Luiz Carlos Bresser-Pereira – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/03/2010

NOS ÚLTIMOS meses, apareceram críticas aos cientistas do clima que deixaram a opinião pública confusa. Principalmente pelo fato de um relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, órgão das Nações Unidas, sobre o degelo do Himalaia ter-se baseado em fonte pouco confiável, "críticos do aquecimento global"

aumentaram a força de seu ataque às políticas que já estão em prática ou que estão sendo propostas para evitar o aquecimento global.

Sobre esse tema, o jornal "Valor" publicou no dia 11 um excelente artigo de Jeffrey D. Sachs. O economista da Universidade Columbia fez uma análise de "economia política" do problema. Os críticos do clima, diz ele, fazem parte do mesmo grupo liderado ou apoiado pelo "Wall Street Journal" que vem procurando impedir que as políticas públicas limitem os danos causados por atividades econômicas à saúde da população e à sustentabilidade do clima.

Suas palavras: "Os atuais ativistas contra ações de enfrentamento às mudanças climáticas são, em muitos casos, apoiados pelos mesmos grupos de pressão, indivíduos e organizações que tomaram partido da indústria de cigarros, empenhados em desacreditar as evidências científicas entre fumar e câncer de pulmão. Mais tarde, negaram as evidências científicas de que os óxidos de enxofre resultantes da queima do carvão em usinas de eletricidade estavam causando "chuvas ácidas".

"Então, quando se descobriu que certas substâncias químicas chamadas clorofluorcarbonetos (CFCs) eram causa de redução do ozônio na atmosfera, os mesmos grupos também lançaram uma campanha nefasta para desacreditar essas evidências científicas. E, a partir da década de 1980, esse mesmo grupo passou a combater a luta contra as alterações climáticas."

Naturalmente, os interessados podem argumentar que o que interessa são os argumentos científicos. Sem dúvida, mas o fato é que os argumentos científicos e as comprovações empíricas a respeito do aquecimento global vêm se acumulando há muitos anos, de forma que ninguém está escapando da discussão principal. É preciso, porém, compreender os interesses que estão ou podem estar por trás. Quando países tão diferentes como os EUA e a Índia resistem à pressão mundial para que reduzam sua emissão de gases de efeito estufa, isso, além de indicar que essas políticas apresentam custos, indica também que existem necessariamente grupos que não querem incorrer nesses custos. Por outro lado, sempre haverá cientistas da melhor qualidade que negarão o aquecimento global por uma razão muito simples. Apesar de todo o avanço das ciências naturais, elas não são capazes de nos oferecer uma verdade definitiva sobre o tema. Entre as ciências substantivas, apenas a física e a astronomia são relativamente precisas. Nas demais, principalmente nas ciências sociais (como a crise recente demonstrou de forma dramática em relação à economia), mas também nas ciências relacionadas com a vida, as perguntas não respondidas são muitas. É razoável, portanto, que sobre um tema tão complexo como o do aquecimento global alguns cientistas diverjam da maioria. Razoável e necessário porque a crítica é uma forma de controle sobre a produção de conhecimento científico. Não é razoável, porém, que os críticos do clima não sejam simplesmente cientistas discordantes, mas a eles se somem, provavelmente sem que tenham sido convidados, políticos e homens de negócio cujos interesses estão ameaçados por uma política de controle do efeito estufa.

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA, 75, professor emérito da FGV, ex-ministro da Fazenda (governo Sarney), da Administração e Reforma do Estado e da Ciência e Tecnologia (governo FHC), é autor de "Globalização e Competição".

Internet: www.bresserpereira.org.br

Coletiva: Minc apresenta propostas para conter o desmatamento no Cerrado – MMA – 15/03/2010

Quando: terça-feira, 16 de março, às 10h

Onde: Gabinete do ministro, 5º andar, Ministério do Meio Ambiente, Bl. B, Esplanada dos Ministérios

Nesta terça-feira (16/3), o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, apresenta propostas para a redução do desmatamento no Cerrado previstas no Plano de Combate ao Desmatamento (PPCerrado), lançado em setembro do ano passado. O Plano incorpora as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa anunciadas pelo presidente Lula em Copenhague.

Atualmente, 49% da cobertura vegetal original do Cerrado já foi destruída, especialmente em função da expansão da fronteira agropecuária e da extração vegetal para carvão.

Colapso verde no Rio – Gustavo Paul e Fabiana Ribeiro – O Globo – Economia – 17/03/2010

Projeto de Ibsen inviabiliza programas de meio ambiente no Estado, alerta ministro

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, advertiu ontem que a redução dos recursos de royalties do Rio de Janeiro vai inviabilizar a maioria dos projetos ambientais do estado, inclusive os compromissos assumidos para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Ele citou os programas de despoluição da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá e a recuperação da Baía de Sepetiba como alguns dos prejudicados.

Além disso, o ministro lembrou que os royalties são uma garantia para contornar eventuais desastres ambientais próximos a áreas de produção: — O que posso dizer, com intranquilidade, é que se aprovarem essa emenda acabam os programas de área ambiental do Rio — disse.

Entre 2007 e 2009 foram aplicados R\$ 600 milhões — 5% dos royalties arrecadados pelo estado — em programas de conservação ambiental como a limpeza das lagoas de Niterói e Araruama e a compra de helicópteros para fiscalização, citou o ministro. Segundo Minc, ex-secretário estadual de Meio Ambiente, a alíquota original era de 20% e foi reduzida no governo de Rosinha Garotinho para 5%.

— Estamos começando um grande projeto de limpeza da Baía de Sepetiba, que envolve recursos estaduais — alertou Minc.

Royalty mitiga danos ambientais, diz Minc

A secretária do Meio Ambiente do Rio, Marilene Ramos, explicou que 70% dos investimentos da pasta vêm do Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam), formado por 5% dos royalties do petróleo recebidos pelo estado. Esse montante, entre

R\$ 250 milhões e R\$ 320 milhões, cairia para cerca de R\$ 5 milhões por ano com as regras previstas na emenda Ibsen.

Segundo a secretária, projetos de grande impacto para o meio ambiente, como o Pacto pelo Saneamento e os PACs da Baixada Fluminense e da Baixada Campista, serão paralisados, assim como o processo de recuperação das lagoas.

— Teremos que parar ainda o Canal do Fundão e suspender a recuperação da praia de Sepetiba. Os avanços no Programa de Despoluição da Baía de Guanabara também estariam ameaçados. Se a emenda for aprovada, haveria um colapso ambiental no Rio de Janeiro. Mas minha expectativa é que esse quadro seja invertido — disse Marilene.

Marilene e Minc alertam que também estariam ameaçados os compromissos ambientais do governo federal e estadual para os eventos esportivos de 2014 e 2016. Segundo Minc, eles não envolvem apenas recursos federais, e o estado poderá ter dificuldades em tocar os projetos.

— O governo federal avalizou os projetos e todos nos comprometemos com ações ambientais. A emenda é uma extorsão demagógica e uma irresponsabilidade não só com o Rio, mas com o Brasil — frisou Minc.

O ministro ressaltou a importância dos recursos de royalties para mitigar casualidades. Os eventuais prejuízos ambientais da atividade petrolífera estarão sempre ligados à região de exploração, alertou Minc: — Um acidente de petróleo na Bacia de Campos não vai ter impacto no Mato Grosso do Sul ou em Rondônia, mas no litoral do Rio.

Os maiores acidentes ambientais costumam ser relacionados ao setor de petróleo. Em 2000, por exemplo, o maior acidente foi na Baía da Guanabara; em 1998, na Ilha Grande; e em 2003, em Campos, disse o ministro.

— Não existe risco zero. Há risco na extração, no transporte, no armazenamento e nos dutos de petróleo.

O royalty tem como função ajudar a mitigar esses problemas.

Além disso, o ministro alertou que a produção de petróleo traz outros riscos para os locais produtores: —Eles perdem no turismo, na saúde e na qualidade de vida.

Após o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de 2016 alertar sobre os riscos para as Olimpíadas, ontem foi a vez de o Comitê Organizador Local da Copa de 2014 manifestar preocupação com a emenda Ibsen. O presidente do comitê, Ricardo Teixeira, que está em Zurique, disse que o assunto interessou a imprensa do exterior. Teixeira conversou com Sérgio Cabral e repassou a seus pares no Comitê Executivo da Fifa a confiança do governador de que o projeto não será aprovado no Senado.

COLABOROU Emanuel Alencar SENADORES DE RJ, SP E ES QUEREM TRÂMITE SEM

Código Florestal e reservatórios artificiais – Pedro Company Ferraz – Valor Econômico – Legislação e Tributos – 17/03/2010

Com as constantes chuvas sobre o território brasileiro, os meios de comunicação nacionais destacaram recentemente os riscos de cheias, inundações e até mesmo de rompimento de barragens de reservatórios artificiais. Uma imagem recorrente tem sido as dezenas de habitações submersas ao longo de rios e áreas de reservatórios, destacando as perdas materiais dos envolvidos e o drama dos lares naufragados.

Ocorre que essas representações de tragédias contemporâneas têm seu nascimento em uma questão legal até hoje pouco debatida e de efeitos reais perversos a todos os envolvidos com reservatórios artificiais no Brasil.

A gênese dessa questão remete-se ao Código Florestal Brasileiro - Lei Federal nº 4.771, de 1965 - que estipulou como áreas de preservação permanente uma série de espaços territoriais como topos de morros, áreas com grande declividade, as nascentes de rios e áreas marginais a corpos d'água como rios e lagos.

A indefinição de limites (para topos de morro e restingas) ou a excessiva amplitude de parâmetros - 30 metros a 500 metros para vegetação ao longo de rios e córregos -, além das mudanças socioambientais por que passaram muitos desses espaços nas últimas décadas, gerou diversos problemas na aplicação e fiscalização do Código Florestal.

Não passam despercebidas as repetidas críticas e propostas de revisão legislativa do Código Florestal por parte do Congresso Nacional, sintoma da necessidade de mudanças dessa lei para a realidade brasileira. Entre todas as propostas de mudanças do código, poucas se atentam ao elemento característico da legislação ambiental, que é a necessidade de efetividade das normas ambientais feitas pelo Poder Público, conforme bem definido no parágrafo 1º, III do artigo 225 da Constituição Federal.

No caso das áreas marginais de reservatórios artificiais, o Código Florestal deixou em aberto a definição da dimensão dos espaços protegidos, fato esse que tentou ser corrigido pelo Conama por meio das Resoluções nº 04, de 1985 e nº 302, de 2002. Tais resoluções, seguindo os padrões já definidos pelo Código Florestal, trouxeram definições de metragens mínimas para a delimitação das áreas de preservação ao longo dos reservatórios artificiais.

O Judiciário paulista vem reconhecendo a validade dessas resoluções em consonância com o fenômeno da "deslegifização", ou seja, a retirada pelo legislador de certas matérias do domínio da lei, passando a outras fontes normativas indicadas a tarefa de regulá-las por atos próprios e de sua responsabilidade. Esse fenômeno é consequência da especialização das áreas de atuação pela administração pública em que os requisitos técnico-operacionais preponderam sobre o viés político da lei, recorrente nas áreas reguladas por agências e não distante da questão ambiental.

Todavia, o uso de metragens para a definição de espaços protegidos, em especial para sua vegetação, é medida incompleta e ineficaz, uma vez que não representa a realidade ecológica necessária para a efetividade das normas ambientais. No caso dos reservatórios artificiais essas medidas de áreas representam o ápice da incongruência normativa para com a finalidade da legislação ambiental. A distinção de metragens desses espaços protegidos de acordo com a localização rural (100 metros) e urbana (30 metros) soa como uma medida de arremedo em ferramenta inadequada pelos motivos que seguem.

É essencial, portanto, distinguir a peculiaridade das áreas de preservação permanente de reservatórios artificiais, uma vez que são áreas protegidas decorrentes de

intervenções humanas, e não naturais per si. Essas áreas dependem da criação do reservatório para existirem.

O fato de serem espaços consequentes de intervenção humana significativa, uma vez que surgem ao se criarem barramentos em corpos hídricos, traz outra característica ambiental própria: são espaços em que ainda não há equilíbrio ecológico estável. A falta desta estabilidade exige tratamento diferenciado por parte da autoridade ambiental. Consequentemente, o Código Florestal não pode tratá-la como área de estabilidade ecológica.

A realidade brasileira demonstra que a maior parte dos reservatórios existentes, construída ao longo do século XX, foi implementada em antigas áreas de intervenção humana, inundando-se milhares de hectares de cultura agropecuária. As áreas marginais criadas, que eram áreas de uso comum no território, tornaram-se áreas de proteção ambiental significativa sem os devidos valores ecológicos intrínsecos. Daí, a aplicação da proteção legal a esses espaços criar conflitos sociais relevantes e permeados do sentimento de injustiça da legislação ambiental.

Não obstante, a própria proteção ambiental dessas áreas como de preservação permanente conflita com princípios da Política Nacional dos Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433, de 1997) e da Política Nacional Agrícola (Lei Federal nº 8.171, de 1991), como o uso múltiplo dos recursos hídricos e o uso racional dos recursos naturais.

Nos termos da efetividade das normas ambientais, esses espaços devem ser tratados como áreas de conservação, ou seja, áreas em que o manejo do uso humano da natureza compreenda a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural para que se possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, além de garantir a sobrevivência dos seres vivos em geral.

A fim de assegurar essa finalidade, o legislador deveria revisar os padrões adotados no Código Florestal, em especial no caso das áreas marginais a reservatórios. Mais do que parâmetros que determinem a proteção das áreas com base em metragens estáticas de espaços terrestres, devem-se estabelecer critérios socioambientais, lastreados em relevâncias ecológicas e ganhos sociais nos usos dos reservatórios.

Pedro Campany Ferraz é coordenador jurídico ambiental da AES Tietê

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Decreto autoriza redução de reserva legal para recomposição na BR-163 – Suelene Gusmão – MMA – 24/03/2010

Desde o último dia 11 de março está valendo a recomendação do Conama ao Poder Executivo Federal, autorizando a redução de 80% para 50% da reserva legal, apenas para fins de recomposição, na área de entorno da BR-163, no Pará, conforme definido em seu Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). A recomendação do Conselho Nacional do Meio Ambiente, aprovada em julho do ano passado, passa a ser adotada por meio de decreto presidencial, com sua publicação no Diário Oficial (DOU).

Além da redução da reserva legal, a decisão do Conama prevê uma ampla divulgação do ZEE para os 19 municípios do Estado abrangidos pela sua área de influência, a apresentação ao Conama de relatório anual demonstrativo das áreas de reserva legal averbadas, de recomposição, regeneração ou compensação de reserva legal efetuadas pelos proprietários, com dados georreferenciados.

O Conama recomenda ainda ao governo do Pará excluir da redução da reserva legal as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e os sítios e ecossistemas especialmente protegidos, locais de expressiva biodiversidade e corredores ecológicos. Recomenda ainda o apoio à implantação dos ZEEs municipais, a priorização de estudos nas zonas de consolidação e expansão para criação de áreas especialmente protegidas que assegurem a preservação da biodiversidade e a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), como requisito obrigatório para o acesso ao benefício de redução da reserva legal para fins de recomposição.

Governo "fatia" Amazônia para guiar ações – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo- Ciência – 25/03/2010

Macrozoneamento define 10 áreas principais e limita novos assentamentos rurais no coração da floresta

A Amazônia Legal será dividida em dez áreas e cada uma delas terá uma estratégia própria de preservação e de desenvolvimento econômico. O fatiamento faz parte do chamado "macrozoneamento" da região, apresentado ontem pelo Ministério do Meio Ambiente e que, em dias, deve ser transformado em decreto pelo presidente Lula. Na prática, esse documento passa a ser uma diretriz para qualquer tipo de ação territorial, econômica (pública e privada) e ambiental nos Estados do Norte, em Mato Grosso e parte do Maranhão. O decreto presidencial não criará novas regras. Por isso, para funcionar de fato, terá de contar com a colaboração de Estados e municípios. "Esse olhar conjunto da Amazônia é uma estratégia para que a região possa ser mais preservada, se desenvolva e esse zoneamento não fique no papel", disse ontem o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente). A definição das dez áreas ocorreu após anos de conversas. Cada área tem a sua característica e sua estratégia. Por exemplo: a primeira, chamada de "coração florestal", pega quase a totalidade de Acre e Amazonas e trechos de Pará, Amapá e Roraima. O objetivo é deixá-la quase intocável, já que abriga a maior porção de florestas intocadas da região. Nessa região, novos assentamentos rurais serão limitados. Outra área, que pega o sul do Amazonas e o centro-sul paraense, chamada de "contenção de frentes de expansão", servirá como uma espécie de cinturão verde para proteger o avanço da soja e da pecuária. Para isso, será priorizada a criação de unidades

de conservação.
No norte de Mato Grosso estará a área "diversificação da fronteira agroflorestal e pecuária". A ideia é focar ali na implantação de uma indústria sustentável da madeira e incentivos à expansão da agricultura em pastagens degradadas.

Lista suja
Ontem, oficialmente, Paragominas (PA) deixou a chamada lista suja dos campeões do desmatamento na Amazônia. Agora 42 municípios permanecem na lista, criada por um decreto presidencial de 2007. Quem aparece na lista fica sujeito à restrição de créditos oficiais e somente deixa o cadastro após cumprir alguns critérios: como cadastrar 80% de suas propriedades rurais e diminuir o desmatamento em relação aos anos anteriores.

Cana-de-açúcar vira matéria-prima para fabricação de garrafa PET – Carine Corrêa – MMA – 25/03/2010

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, participou nesta quinta-feira (25/3), no Rio de Janeiro, do lançamento da primeira garrafa PET feita a partir da cana-de-açúcar. Devido à origem parcialmente vegetal (30% à base da cana), a embalagem contribui para a diminuição de até 25% nas emissões de CO² geradas pela Coca-Cola, autora da iniciativa, e pode ajudar a impulsionar o setor sucro-alcooleiro no Brasil.

O ministro elogiou a iniciativa: "Espero que outras empresas sigam iniciativas como esta, reduzindo o uso de materiais de origem fóssil e investindo em embalagens recicláveis". Para Minc, o país está preparado para a expansão do etanol sem prejudicar a produção de alimentos. "Não haverá plantio de cana em áreas destinadas à produção de alimentos", garantiu.

De acordo com a empresa, a nova garrafa tem comercialização prevista para abril nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Recife e Porto Alegre. Inicialmente, a versão ecológica será feita nas embalagens de 500ml e 600ml.

Sem mudança de propriedades químicas, cor, peso ou aparência em relação ao PET convencional, a PlantBottle, como está sendo chamada a nova embalagem, é 100% reciclável e vai participar da cadeia de reaproveitamento de materiais no País. Hoje, 55% das garrafas PET são recicladas. A previsão é de que, em 2010, a produção das PlantBottle resulte na redução do uso de mais de cinco mil barris de petróleo.

O Brasil é um dos primeiros mercados a adotar a PlantBottle e há a expectativa de que outros fabricantes e países possam aderir à iniciativa, que em todo o mundo será fabricada a partir do etanol brasileiro. Segundo os dirigentes da Coca-Cola, a cana-de-açúcar utilizada para produzir as garrafas provém de fornecedores auditados, que utilizam essencialmente a irrigação natural (chuva) e a colheita mecânica.

O plástico da embalagem é produzido a partir da reação química de dois componentes: MEG (monoetileno glicol), responsável por 30% de seu peso, e PTA (ácido politereftálico), responsável pelos 70% restantes.

O lançamento da garrafa também está alinhado com a campanha "Consumo Consciente de Embalagens", do Ministério do Meio Ambiente. A campanha oficial tem cunho educacional e sugere atitudes e boas práticas para consumidores e empresas, no sentido do uso cada vez mais racional, consciente e responsável das embalagens.

Também compareceram ao lançamento o presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-açúcar), Marcos Jank, e a gerente de Operações do Instituto Akatu, Heloisa Mello.

Municípios da lista negra do desmate reciclam economia – Vannildo Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 25/03/2010

Dois anos após o lançamento da Operação Arcode Fogo, municípios que compunham o

chamado “caldeirão do inferno”, tamanha a quantidade de fumaça e fuligem saídas das serrarias e carvoarias, reciclaram suas economias para se livrar da pecha de destruidores da Amazônia. Paragominas (PA), por exemplo, patrocinou uma reviravolta ambiental e deixou a lista negra do desmatamento em que ocupava o primeiro lugar.

Ontem, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, informou que, dos 43 municípios que compoem a lista (a maioria no Pará e em Mato Grosso), 30 reduziram o desmatamento em mais de 54% em 2009, comparado ao ano anterior.

Desses, 22 atingiram desempenho para sair da lista negra. Em 12, a queda do desmatamento foi superior a 80%. Em 8, houve queda de 25% a 54% e foi registrado crescimento em apenas um.

A maior parte da lista foi alvo de repressão dos órgãos ambientais.

Minc garantiu que os que fizerem o dever de casa receberão mais incentivos para passarem a condição de guardiões da floresta. O monitoramento do ranking é feito com a colaboração do Instituto do Homem e do Meio Ambiente (Imazon).

Em Paragominas, o governo teve de enfrentar a coesão dos madeireiros, quem mandaram o carro-foguê em instalações do Ibama e até no hotel onde os servidores do órgão estavam hospedados. O prefeito, Adnan Demaske, presente ao evento, relatou que Paragominas assinou a primeira lei municipal do País que veda o desmatamento em todo o seu território.

A prefeitura, segundo ele, induziu e a sociedade aderiu ao pacto de conduta sustentável firmado com a União. “Daqui em diante seremos um município verde, com uma economia baseada no equilíbrio do meio ambiente com o progresso”, afirmou.

O governo fomentará atividades econômicas e sociais sustentáveis para os municípios que aderirem a iniciativa. Haverá recursos federais e fundos externos para esse fim. Nessa primeira etapa, o governo liberou R\$ 30 milhões para os municípios concluírem o Cadastro Ambiental Rural, exigência para sair da lista.

Outros R\$ 15,5 milhões foram enviados pela Comunidade Europeia e o governo da Noruega para o financiamento de ações ambientalmente sustentáveis.

PAC. Cobrado pelo Palácio do Planalto e aguardado por ruralistas e ambientalistas, o projeto de Macrozoneamento Econômico-Ecológico da Amazônia, também apresentado ontem por Minc, quebra vários tabus e ressuscita alguns pesadelos dos ambientalistas.

O documento, que será transformado em decreto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda neste semestre, preserva o Brasil do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), inclusive as que cortam áreas de preservação. Porém, impõe restrições ao agronegócio e cria um paredão de proteção ao longo de 1,7 mil quilômetros na borda sul da Amazônia para impedir que o desmatamento atinja o coração da floresta.

Dividido em dez eixos genéricos, sem entrar em detalhes, o zoneamento preserva obras importantes para o desenvolvimento, como as hidrelétricas do Rio Madeira e a Rodovia Transoceânica, que viabiliza o polo logístico de integração com o Pacífico, mas corta trechos da floresta nativa.

Preve até a conclusão de obras polêmicas, como a pavimentação da Transamazônica e da salvo conduto para o prosseguimento da BR 163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), cortando territórios indígenas e áreas de proteção ambiental. O documento, por outro lado, impõe componentes ambientais rígidos e proíbe atividades econômicas predatórias em toda a Amazônia legal.

Perda de florestas cai 19% em uma década – Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 26/03/2010

Queda no desmatamento na Indonésia e no Brasil e reflorestamento na China explicam resultado, indica relatório da ONU

Segundo coordenadora, é a primeira vez que índice tem queda em mais de 60 anos; América do Sul e África ainda lideram devastação

Uma boa notícia, para variar: a perda de florestas no mundo caiu 19% nesta década em relação aos anos 1990, graças a reduções expressivas no desmatamento no Brasil e na Indonésia e a esforços maciços de reflorestamento na China. Os dados são da FAO, órgão da ONU para alimentação e agricultura. É a primeira vez que se registra uma queda na perda de cobertura vegetal desde 1946, quando a FAO começou a produzir a Avaliação Global de Recursos Florestais, publicado a cada cinco anos. "No último relatório, de 2005, nós não conseguimos ver nenhuma diferença em relação ao anterior. Então, é uma boa notícia", disse à **Folha** a coordenadora do estudo, Mette Wilkie, sobre o novo dado. No mundo inteiro, entre 2000 e 2010, 13 milhões de hectares de florestas foram perdidos, uma área pouco maior que a do Estado do Pará. Entre 1990 e 2000, o total perdido foi de 16 milhões de hectares, o equivalente a toda a região Centro-Oeste do Brasil.

As perdas anuais caíram de 8,3 milhões de hectares para 5,2 milhões. Ainda assim, diz a FAO, o número é "alarmante": o mundo perde o equivalente a uma Costa Rica por ano. Tradicionalmente vilipendiados como maiores desmatadores e maiores emissores de gás carbônico por desmatamento do mundo, Brasil e Indonésia foram os principais responsáveis por puxar para baixo o índice de perda de cobertura florestal desta vez. No Brasil, o desmate caiu de 2,9 milhões de hectares na década passada para 2,6 milhões nesta década. "Não parece muito por causa do período longo analisado, mas a queda que houve no desmatamento no Brasil de 2005 para cá foi substantiva", elogia Wilkie.

Segundo ela, a conjuntura econômica ajudou, com a baixa nos preços de commodities agrícolas, mas o esforço "do governo Lula" para reduzir o desmatamento foram importantes. Wilkie também mencionou como positiva a meta brasileira de reduzir o desmatamento amazônico em 80% até 2020. O Brasil também foi o campeão de criação de áreas protegidas nesta década. "Metade

do que foi criado no mundo inteiro foi no Brasil", afirma Tasso Azevedo, consultor do Ministério do Meio Ambiente.

Democracia verde

Na Indonésia, a queda proporcional no desmatamento foi ainda mais expressiva do que no Brasil: de 1,6 milhão de hectares perdidos nos anos 1990 para 500 mil nesta década. O fator determinante da redução, aparentemente, foi a democratização do país em 1998, quando o ditador Mohamed Suharto foi deposto. "Nos anos 1990, o desmatamento foi em parte causado por uma continuação da política de transmigração dos anos 1980, quando muitas pessoas de Java foram transferidas para regiões de floresta", diz Wilkie. Nesta década, o governo também parou de autorizar megadesmatamentos para plantações de dendê (que, no entanto, continuam avançando). "A Indonésia não dá tanta publicidade quanto o Brasil a seus esforços de redução de emissões, mas os números falam por si", disse Wilkie.

Proposta do FMI para criar "fundo verde" é derrotada – Fernando Canzian – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/03/2010

Meta era levantar até US\$ 100 bi por ano para emergentes combaterem efeito estufa

Países-membros rejeitam a ideia de que o FMI tome a dianteira na arrecadação de fundos para o combate ao aquecimento global

Representantes dos principais países-membros do FMI (Fundo Monetário Internacional) impuseram uma derrota ao diretor-gerente do Fundo, Dominique Strauss-Kahn, ao rejeitarem a ideia de que o órgão tome a dianteira na arrecadação de fundos para o combate ao aquecimento global. De uma proposta ambiciosa para levantar até US\$ 100 bilhões por ano até 2020 para ajudar principalmente países emergentes a adotar políticas de combate ao efeito estufa, o "Green Fund" (fundo verde) foi apresentado ontem pelos técnicos do Fundo apenas como "proposta para a consideração da comunidade internacional". No início do ano, Strauss-Kahn defendeu a criação do "Green Fund" no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Ontem, os técnicos do FMI divulgaram um documento detalhando valores e como o fundo poderia multiplicar a arrecadação emitindo títulos a serem vendidos no mercado. Mas os mesmos autores ressaltaram no documento que não defendiam que o próprio FMI "crie, financie ou gerencie" o "Green Fund". Ao rejeitar o novo papel para o Fundo, muitos dos representantes dos países-membros argumentaram que o órgão não tem experiência nesse tipo de ação. A ambição inicial de Strauss-Kahn era que os países-membros concordassem que o órgão ficasse à frente da ideia. E que o assunto fosse discutido detalhadamente em novo encontro, no final do ano, no México, sobre o aquecimento global. Desde a explosão da crise financeira internacional, em setembro de 2008, Strauss-Kahn vem lançando iniciativas práticas e políticas para recolocar o Fundo no centro das decisões financeiras mundiais. Antes da crise, o Fundo não apenas perdia relevância, mas estava se tornando

anacrônico por estar deficitário. Sem muitos países precisando de seus empréstimos, o FMI já não podia contar com o recebimento dos juros desses empréstimos, que normalmente o financia. Com a explosão da crise, uma série de países em dificuldades voltou a recorrer ao Fundo. Hoje, o FMI administra empréstimos para 58 países, em um total de US\$ 174 bilhões. Até agosto de 2008, mês que antecedeu a crise, eram 30 países (a grande maioria pequenos) com empréstimos de apenas US\$ 3,5 bilhões. Ontem, por insistência da Alemanha, líderes da União Europeia trabalhavam em um acordo para que o FMI também tenha papel relevante em um pacote de ajuda à Grécia. O país, um dos 16 que têm o euro como moeda, precisa levantar cerca de US\$ 13 bilhões no mercado nos próximos dois meses para continuar financiando seu déficit fiscal.

MARINAS PROVOCAM DANOS – Afra Balazina - Estado de São Paulo – Vida & - 28/03/2010

As pessoas podem não se lembrar, mas havia um praiano Sacoda Ribeira, em Ubatuba. Hoje, a área é tomada por marinas e barcos.

De acordo com o promotor Alexandre Petry Helena, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema), o local foi alvo de diversas irregularidades ambientais por causa da ganância de empresas.

Entre os passeios oferecidos aos turistas que visitam a área está até a Ilha Anchieta, onde fica um presídio desativado.

Segundo o promotor, marinas construíram estruturas, como rampas e píeres, em áreas impróprias e aterraram a praia. Uma delas ergueu edificações em Área de Preservação Permanente, infringindo a legislação. E fez um quiosque de três andares sobre o mar, por exemplo. Vistorias também constataram que efluentes da lavagem das embarcações eram jogados no solo sem nenhum tipo de tratamento. E que faltava manutenção do separador da água e do óleo, o que permitia a saída da substância diretamente para o mar. A promotoria entrou com ações civis públicas e já conseguiu embargar uma das empresas que atuava no local. “A decisão mandou demolir todas as estruturas. Mas houve recurso. Até que seja decidido o mérito, porém, as atividades da empresa devem continuar paralisadas”, afirma.

Agora, o promotor aguarda a decisão judicial sobre outra empresa que atua no Saco da Ribeira. Para ele, a situação é ainda mais grave nesse caso: a praia, que é um bem público, foi aterrada e foram construídos galpões sem autorização.

“Concretaram muitas áreas”, conta Helena. Durante muito tempo o proprietário alegou ter aprovação para a obra. No entanto, a investigação mostrou que não havia autorização, mas um “mero parecer”. “Essas ações visam tentar reverter o alto grau de antropização (ação do homem sobre o meio ambiente)”, diz.

De acordo com ele, a intenção do Gaema é, em conjunto com a companhia ambiental paulista (Cetesb), realizar uma grande vistoria em todas as marinas do litoral norte. “A fiscalização no passado sempre foi muito falha.”

Nova construção. Mesmo com tantos problemas, deve ser feito mais um empreendimento no Saco da Ribeira, que vai reunir um prédio residencial e uma marina. Tapumes já são vistos no local e um site na internet informa as vantagens de adquirir o imóvel.

“Você e sua família podem realizar dois sonhos de uma só vez: ter uma casa e um barco na praia. Você sai do seu amplo apartamento (...) e entra no seu barco (...). Aí é só escolher o destino”, diz a propaganda.

Os apartamentos custam de R\$ 400 mil a R\$ 1,5 milhão, nos casos de cobertura de 257 metros quadrados. Segundo os vendedores, a vaga no píer, seca ou molhada, não vem junto com o apartamento. Mas os proprietários poderão adquiri-lo por um preço mais baixo do que as pessoas que não tiveram imóvel no local. O promotor não sabe ainda se o empreendimento possui irregularidades.

“A área foi vistoriada recentemente pela agência ambiental e foram solicitadas informações para que se comprove a legalidade da obra”, afirma.

Ações. Dois promotores atuam exclusivamente na área ambiental hoje no litoral norte. Em São Sebastião existem 18 inquéritos civis em andamento. Alguns são de 1995. Eles questionam a aprovação de condomínios pelo poder público e a construção de empreendimentos em praias como Camburi, Paúba e Maresias.

Outros inquéritos abordam o corte de vegetação nativa, o desrespeito às matas ciliares e a intervenção em áreas de restinga, com impermeabilização do solo. “Essas áreas degradadas no passado precisam ser recuperadas. Não podemos nos acomodar”, diz o promotor.

Al Gore elogia ação brasileira em Copenhague – Laura Capriglione e Kátia Brasil – Folha de São Paulo – Brasil – 27/03/2010

Ex-vice-presidente dos Estados Unidos discursou na abertura de fórum de sustentabilidade em Manaus

O ex-vice-presidente americano e Prêmio Nobel da Paz Al Gore não poupou o sistema eleitoral dos Estados Unidos, ontem, no dia de abertura do Fórum Internacional de Sustentabilidade, que se encerra hoje em Manaus. Grande celebridade verde a discursar no primeiro dia, Gore disse que o fato de a propaganda eleitoral televisiva nos Estados Unidos ser "caríssima" acaba colocando os candidatos nas mãos dos lobistas. "Há lobbies bons e ruins", ele ressaltou, para concluir que o peso das corporações acaba sendo gigantesco nas decisões, o que tem inviabilizado a tomada de posições mais ousadas pelo governo de Obama. A crítica apareceu em uma resposta à pergunta (aplaudidíssima) sobre as razões de uma participação tão apagada dos Estados Unidos na Conferência do Clima de Copenhague, em dezembro. Durante sua apresentação, Gore rasgou elogios ao papel do Brasil na COP-15.

Gore, que chegou ao fórum cercado por seguranças, dirigiu afagos ao diretor James Cameron, de "Avatar", foi chamado de "presidente" duas vezes pelo anfitrião João Dória Júnior e, no final, recebeu de estudantes uma bandeira do Brasil, ao som da musiquinha que tocava na televisão quando o corredor Ayrton Senna ganhava uma prova de Fórmula 1 - João Dória teve de lhe explicar o que era aquele pá-pá-pááááá, pá-pá-pááááá.

No Hotel Tropical, onde se realiza o fórum, todos só queriam saber de uma coisa: se o diretor James Cameron toparia levar para o Amazonas as filmagens da continuidade de "Avatar", que por enquanto será gravada na Venezuela. A dúvida chegou a Al Gore, quando foi questionado se apoiaria a candidatura do Amazonas para sediar "Avatar 2". Sorrindo, Gore escapou pela tangente e disse que, onde quer que seja, será um grande filme. Hoje, o próprio Cameron fará sua palestra no Fórum -falará sobre "Como e por que sensibilizar a sociedade para a importância e urgência da conservação da Amazônia". Uma pergunta, pelo menos, Cameron já conhece de antemão...

Fundo Amazônia esbarra em falta de projetos, diz Minc – Denise Menchen – Folha de São Paulo – Ciência – 27/03/2010

Programa já tem R\$ 400 mi à disposição mas só desembolsou até agora R\$ 70,3 mi em 5 projetos

Com cerca de R\$ 400 milhões à disposição, fruto dos primeiros repasses feitos pela Noruega (no total, o país promete liberar US\$ 1 bilhão até 2015), o Fundo Amazônia esbarra na falta de projetos bem estruturados por parte de prefeituras, governos estaduais, empresas e entidades da sociedade civil. Até agora, cinco projetos foram aprovados, no valor de R\$ 70,3 milhões - os desembolsos ocorrerão ao longo dos próximos anos.

"Os doadores reclamam da baixa capacidade de execução", disse ontem o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, ao participar do lançamento do livro "Amazônia em Debate: Oportunidades, Desafios e Soluções", editado pelo BNDES. Segundo ele, o assunto foi discutido anteontem com o presidente do banco, Luciano Coutinho. O BNDES é o gestor do fundo e responde tanto pela captação dos recursos quando por seleção e acompanhamento dos projetos. Podem ser contempladas iniciativas que colaborem para a prevenção, o monitoramento e o combate ao desmatamento ou que promovam o uso sustentável da floresta. Os recursos não são reembolsados ao banco nem aos doadores - por enquanto, a Noruega é o único contribuidor. De acordo com Minc, na reunião ficou acertado um esforço conjunto para melhorar a qualidade dos projetos apresentados ao banco. O objetivo, segundo o ministro, é agilizar o processo sem perder o rigor. "Projetos financeiros existem desde que o mundo é mundo. Projetos ambientais estão sendo construídos agora, a quatro mãos", diz o superintendente da área de meio ambiente do BNDES, Sérgio Weguelin. Segundo ele, os cinco projetos já aprovados resultaram em ações em grandes territórios da Amazônia. Um deles, de iniciativa do terceiro setor, paga R\$ 50 a 7.000 famílias do Amazonas que recebem capacitação para desenvolver atividades sustentáveis, como coleta e beneficiamento da castanha. Além dos projetos aprovados, há outros oito já enquadrados, ou seja, em fase final de análise. Na próxima segunda-feira, serão mais quatro. Juntos, totalizam cerca de R\$ 100 milhões. Na carteira do fundo há 53 propostas para análise. Weguelin disse também que o BNDES iniciou neste mês negociações com 12 países da Europa e da Ásia para tentar angariar recursos para o Fundo Amazônia. Além desses, há conversas com a Alemanha.

Sem dar detalhes, Minc anunciou que, até o fim do primeiro semestre, será criado o Fundo Cerrado.

Cientista critica abertura de estradas na Amazônia – Folha de São Paulo – Ciência – 27/03/2010

Tom Lovejoy, que cunhou a expressão "diversidade biológica", falou em fórum no AM

Para pesquisador, rodovia BR-319 pode ser trocada por ferrovia; crítica foi feita ao lado do governador do Estado, que apoia asfalto

O cientista que inventou o conceito de diversidade biológica, americano Thomas Lovejoy, criticou ontem, na abertura do Fórum Internacional de Sustentabilidade, em Manaus, a construção de estradas em regiões intocadas da Amazônia. Para Lovejoy, as rodovias representam impactos sérios e podem ser substituídas por ferrovias e hidrovias. Segundo o cientista, em um fragmento de cem hectares desmatado perde-se a metade das espécie de aves e as grandes árvores são destruídas. "Pode-se perder até 30% da biomassa, da massa viva da floresta." Lovejoy fez a crítica ao lado do governador do Amazonas, Eduardo Braga (PMDB), que -junto aos ministros Dilma Rousseff e Alfredo Nascimento- participou da inauguração, nesta semana, de um trecho inacabado da estrada BR-319 (Manaus-Porto Velho). A estrada é de interesse de Nascimento, que é do Amazonas. O governo Lula diz que vai autorizar a construção de uma estrada-parque na BR-319. Segundo o Ministério dos Transportes, o conceito de estrada-parque é deixar no entorno da rodovias várias áreas protegidas, como unidades de conservação -que ainda serão criadas pelo governo federal. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que assistiu à palestra de Lovejoy, disse que o governo está fazendo "um esforço muito grande para retomar os investimentos em ferrovias".

"A estrada [BR-319] tem de ser muito bem fiscalizada, tem de ter um corredor ambiental de proteção, porque, evidentemente, isso tem de ser compatível com a preservação da floresta", afirmou Mercadante. "Mas nós precisamos olhar para [o transporte na] Amazônia como ferrovia e hidrovia, porque são formas de transporte muito mais compatíveis com a sustentabilidade do que as rodovias", disse o senador. Lovejoy afirmou que acompanhou o impacto ambiental causado pelas rodovias ao estudar a abertura de estradas em Rondônia, Estado ligado ao resto do país pela BR-364, pavimentada nos anos 1980. "Naquela década nós começamos a ver a presença do fogo, principalmente em Rondônia, e dez anos depois esse fogo se alastrou por conta do El Niño. Houve uma enorme nuvem de fumaça que se colocou sobre a América do Sul", disse Lovejoy. "E as estradas continuam sendo rasgadas dentro da floresta até hoje, inclusive [estão sendo feitas] três estradas interoceânicas do oeste da Amazônia até o oceano Atlântico."

Lovejoy é doutor em biologia e conselheiro-chefe de biodiversidade para o Banco Mundial. Sobre a pavimentação da BR-319, ele disse que na sua opinião uma ferrovia seria a melhor opção para minimizar os impactos ambientais. "É bom evitar rodovia. Quando tem que construir uma rodovia tem que planejar o uso da terra antes de construção. Isso incluiu um grande programa de fiscalização", disse o cientista.

O diretor da Campanha Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário, disse que a construção da BR-319 será um incentivo a mais à devastação da floresta. Segundo ele, a estrada atende apenas a interesses eleitorais, representados por políticos com interesse em obter votos no interior do Estado.

"A opção pela ferrovia seria muito mais interessante, já que permitiria um controle mais eficaz da ocupação humana, e apenas nos pontos em que se construíssem as estações." (KÁTIA BRASIL, LAURA CAPRIGLIONE E MARLENE BERGAMO)

Degelo não afetou circulação do Atlântico – Claudio Angelo- Folha de São Paulo – Ciência – 27/03/2010

Estudo afirma que corrente do Golfo não enfraqueceu nas últimas duas décadas, apesar do derretimento visto no Ártico

Redução de corrente que leva calor à Europa é um dos impactos mais temidos da mudança do clima e inspirou filme-catástrofe em 2004

No filme-catástrofe "O Dia Depois de Amanhã", de 2004, o aquecimento global provoca o desligamento da corrente oceânica que leva calor à Europa e causa uma era glacial. Nos últimos anos, alguns estudos sugeriram que esse cenário já poderia estar acontecendo. Mas um pesquisador americano afirma que o temor não tem fundamento: a chamada corrente do Golfo continua firme e forte. Talvez até mesmo ligeiramente mais forte, afirma Josh Willis, do Laboratório de Propulsão a Jato da Nasa. Como o oceano Atlântico está mais quente, pelo menos nas últimas duas décadas o volume de água transportado aumentou. A chamada circulação termo-halina do Atlântico, sistema do qual a corrente do Golfo faz parte, ajuda a distribuir o calor do planeta, funcionando como um colossal radiador. A água quente, menos densa, viaja pela superfície do mar. Ao chegar ao Ártico, ela resfria e fica mais salgada. Como a água salgada é mais densa, a corrente afunda e muda de sentido, retornando ao Equador como uma corrente fria submarina. Desde a década passada, alguns estudos sugerem que o degelo maciço do Ártico poderia lançar tanta água doce no oceano que acabaria com a diferença de salinidade, fazendo com que a corrente parasse de afundar. O cinturão de convecção seria desligado, resfriando a Europa em até 5C. Há evidências fortes de que isso tenha acontecido há 12 mil anos, quando o fim da última glaciação despejou água das geleiras que cobriam a América do Norte e a Europa no mar. Em 2005, uma série de medições feitas pelo grupo do oceanógrafo britânico Harry Bryden, da Universidade de Southampton, sugeriu que já havia um enfraquecimento de

30% na corrente. O estudo, publicado no periódico "Nature", causou pânico. Mas o mesmo grupo, dois anos depois, publicou na mesma revista um outro trabalho mostrando que o enfraquecimento se devia à variabilidade natural da circulação. Em seu relatório de 2007, o IPCC (o painel do clima da ONU) afirmou que grandes mudanças na circulação oceânica "não podem ser avaliadas" devido a incertezas. No novo estudo, publicado ontem no periódico "Geophysical Research Letters", Willis desenvolveu um método para tentar reduzir essa incerteza. Ele combinou medições de satélites com dados dos flutuadores robóticos Argos, um conjunto de boias automatizadas que mergulham até 2.000 m e sobem depois, medindo temperatura e salinidade ao longo da coluna d'água. É a primeira vez que alguém usa essas duas fontes de dados para avaliar a convecção no Atlântico Norte. (As medições de Bryden foram feitas em navios.) É também a série de medições mais longa dessa circulação, indo de 1993 a 2009. Willis descobriu que o volume de água que afunda no Atlântico Norte é de cerca de 15 sverdrups, com incerteza de 2,4 sverdrups para mais ou para menos. Um sverdrup equivale a 1 milhão de metros cúbicos por segundo, volume d'água despejado no oceano por todos os rios da Terra juntos. Esse volume varia de ano a ano, mas não existe nenhuma tendência significativa de enfraquecimento ou fortalecimento da circulação entre 2002 e 2009. Olhando só os dados de satélite, porém, o estudo indica um fortalecimento de 2,6 sverdrups na circulação desde 1993. É um número desprezível, dada a margem de erro, mas consistente com o aquecimento do Atlântico nesse período (que aumenta o volume de água quente transportada). A conclusão de Willis é: pelo menos por enquanto, não criemos pânico. O volume de gelo que derrete no Ártico ainda é insuficiente para afetar a circulação termo-halina. "Ninguém está prevendo outra era do gelo como resultado de mudanças na circulação do Atlântico", diz o cientista. (CLAUDIO ANGELO)

Minc anuncia operação contra soja ilegal – Emanuel Alencar – O Globo – O País – 27/03/2010

Ministro participará da ação na Amazônia, sua última como titular da pasta

Um dia antes de deixar o Ministério do Meio Ambiente para concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa do Rio, o ministro Carlos Minc vai comandar, na próxima terça-feira, uma megaoperação de combate à soja ilegal na Amazônia. O anúncio foi feito ontem no BNDES, onde o ministro também afirmou que o desmatamento na região caiu 50% entre agosto e novembro de 2009, em relação ao mesmo período de 2008. Os dados ainda não foram oficialmente divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

— A gente conseguiu derrubar o desmatamento na pancada.

Eu mesmo participei de 29 operações diretamente na Amazônia. A derradeira será dia 30. Vamos a uma área de soja pesada no meio de terra indígena. Vou fazer esta incursão para me divertir um pouquinho também — disse Minc, em visita ao BNDES, onde participou do lançamento de um livro com propostas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Na quinta-feira, o ministro se reuniu com o presidente do banco, Luciano

Coutinho, para cobrar agilidade na execução dos projetos do Fundo Amazônia. Criado por decreto presidencial em agosto de 2008, o fundo conta com cinco projetos em execução, no valor de R\$ 75 milhões. Até agora, a Noruega foi o único país a anunciar investimentos no fundo: US\$ 1 bilhão até 2015. O objetivo é fomentar o desenvolvimento sustentável e incentivar a preservação da floresta.

— Estamos discutindo uma forma de dar mais velocidade na execução. Temos problemas de velocidade de execução. O Fundo Amazônia é uma das experiências mais estruturadas do mundo.

A gente acaba sendo um mostruário para outros países — afirmou Minc, acrescentando que mais oito projetos, totalizando R\$ 55 milhões, estão em fase de análise pelo BNDES.

O superintendente da Área de Meio Ambiente do BNDES, Sérgio Weguelim, antecipou que negocia a participação com 13 países europeus e asiáticos. Cinquenta e três projetos estão inscritos, aguardando financiamento.

Minc lembrou que, quando surgiu a ideia da criação do fundo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se manifestou contrário.

— O Lula era contra, por uma questão de soberania.

Achava que os países estrangeiros iriam interferir. Resolvemos um problema tirando estrangeiros do conselho gestor. E os países só podem sacar se ficar comprovada a redução dos desmatamentos do ano anterior. O BNDES é a garantia que não vai ter picaretagem — disse o ministro.

Cultura verde contra o plástico – Henrique Gomes Batista – O Globo – Economia – 28/03/2010

Produção de juta na Amazônia eleva renda de ribeirinhos com as sacolas ecológicas

Enviado especial • MANACAPURU (AM) e CASTANHAL (PA)

Aplantação de juta, cultura que é a principal fonte de renda de 15 mil famílias na Região Amazônica, está em alta, com a ampliação da consciência ecológica dos consumidores. As sacolas feitas a partir da fibra da planta — também conhecidas como ecobags — estão sendo analisadas por grandes redes do varejo nacional, como Carrefour, Walmart e Pão de Açúcar, como possível substituto às poluentes sacolas de plástico. Mesmo no exterior aumenta o interesse pelo produto, o que tem elevado o preço mundial da fibra e seus derivados. Embora o Brasil venha tendo dificuldades para aproveitar integralmente este momento, com uma produção muito aquém de seu potencial, os ribeirinhos depositam suas esperanças nessa cultura.

Mais que negócios, isso se reflete na qualidade de vida das famílias que vivem às margens dos rios da Amazônia, que plantam a juta nas terras que só ficam acima do nível das águas por seis meses, exatamente o ciclo da planta. Para a maior parte das famílias, a juta é a única ou a principal fonte de renda, que também cultiva abóbora e mandioca, além de ter criação de peixes, visando à subsistência.

— O preço melhorou bastante, estão pagando para a gente R\$ 1,50 por quilo de fibra, faz uns três anos que o preço está subindo. Ainda não está o ideal, que é R\$ 2 por quilo, mas estamos chegando lá — comemora Francisco de Assis Lamego Baixote,

senhor de 73 anos que vive há seis décadas da juta.

Ele tem toda a história da juta de cabeça. Viveu seus tempos áureos, na década de 1980, e sobreviveu à década passada, quando o quilo do produto chegou a valer R\$ 0,35. Atualmente, são dez mil famílias do Alto Solimões, no Amazonas, e outras cinco mil no Pará que vivem do produto.

Em média, cada pequeno produtor colhe de suas várzeas entre quatro e nove toneladas de juta, o que dá um rendimento líquido anual entre R\$ 6.800 a R\$ 15.300 — excluindo os custos de produção e de mão de obra de auxiliares.

Nessa conta, entra agora um subsídio pago pelo governo do Amazonas, de R\$ 0,20 por quilo de fibra, para manter o homem na cultura.

No passado, a produção da juta já garantiu o sustento de 60 mil famílias. Hoje, falta de tecnologia e de financiamento impedem a ampliação da produção. Neste ano, deverão ser colhidas 12 mil toneladas de fibra de juta e malva — variedade brasileira da planta —, 50% a mais que em 2009, ano marcado pelas fortes enchentes acima do padrão na Região Norte. Entretanto, com o crescimento do consumo, o país terá de importar até 10 mil toneladas de juta de Bangladesh. No auge da cultura no Brasil, em 1981, foram produzidas 95 mil toneladas de fibra, das quais 20 mil foram destinadas ao Mercado exterior, segundo o Instituto de Fibras da Amazônia (Ifibram).

— Realmente, estamos muito aquém de nosso potencial justamente agora, em um momento em que o preço mundial da fibra de juta está em alta e que poderíamos ganhar mercado até mesmo exportando — afirma Arlindo Leão, secretário-executivo do Ifibram, lembrando que Índia e Bangladesh estão tendo dificuldades para atender ao mercado mundial, muito aquecido, tanto por clientes europeus, atrás de produtos com apelo ecológico, como pelos chineses.

Leão lembra que, na época áurea, mais de 30 empresas produziam fios, telas e sacolas a partir da juta.

O declínio da produção foi causado pelo avanço do polipropileno, plástico que substituiu a fibra vegetal em quase tudo. O fundo do poço ocorreu em 1996, quando a produção foi de apenas 6.400 toneladas de fibra. Naquela época, quase toda a produção era destinada ao mercado exportador de café de boa qualidade, que exige a embalagem de juta por melhor preservar as características dos grãos.

‘Banco não entende o ciclo da juta’

O que impede o crescimento de produção é que a maior parte dos produtores da região tem dificuldades em obter financiamento nos bancos públicos e recursos técnicos, como tratores: — Os bancos não entendem que o ciclo da juta é diferente dos demais e que precisamos de equipamentos únicos, já que a juta precisa ficar submersa nas águas dos rios para que a gente separe a fibra do caule.

Hoje temos dificuldades de conseguir gente para nos ajudar — disse Eronaldo Costa, que há 15 anos trabalha com produção de juta.

Representantes do governo já debatem a criação de uma câmara setorial no Ministério da Agricultura sobre fibras vegetais: — Temos que unir o setor com o de outras fibras, como sisal, coco, babaçu, para buscarmos as melhores soluções. Precisamos também entender melhor o bioma da várzea dos rios amazônicos, que não desmata e que possui solo rico — afirmou Aguinaldo José de Lima, assessor especial do ministério.

O cenário consumidor ajuda. Flávio Junqueira Smith, diretor da Companhia Têxtil de Castanhal (CTC) — maior das três empresas sobreviventes no mercado brasileiro de juta — já sente essas mudanças: — Nossa venda de telas para a confecção de sacolas sempre foi pequena, mas nos últimos dois anos cresceu muito e agora já

representa 7% de nossas vendas.

O faturamento da empresa em 2009 foi de R\$ 60 milhões.

Smith confirma que cada vez mais é procurado por clientes interessados em comprar telas para fazer ecobags — a CTC não fabrica sacolas para supermercados.

As três maiores redes do país, por exemplo, conversaram recentemente com a empresa. Ele vê também um aumento do interesse de outros setores, como confecção de tapetes, curtumes e construção civil: — Certamente vamos iniciar um novo ciclo no uso da juta, desde que tenhamos apoio para isso. No setor de sacolas, por exemplo: há algumas de plástico que são retornáveis ou recicláveis, mas não são como a juta, que é totalmente ecológica e social desde sua plantação e, no fim, é totalmente biodegradável

Mudanças climáticas exigem mais investimentos em pesquisa – Sítio eletrônico da CNA – 29/03/2010

O aquecimento global é inegável, mas não tão forte ou danoso que justifique aplicar cortes radicais nas emissões de carbono, pois essa política prejudicaria principalmente países e populações mais pobres. Esse foi o foco principal das análises apresentadas hoje, em São Paulo, por duas autoridades mundiais na área de mudanças climáticas: Bjorn Lomborg, cientista político dinamarquês, professor adjunto da Copenhagen Business School e autor do livro “O Ambientalista Cético”; e o climatologista norte-americano Patrick Michaels, membro sênior de estudos ambientais do Cato Institute. Lomborg e Michaels foram palestrantes no Fórum Internacional de Estudos Estratégicos para Desenvolvimento Agropecuário e Respeito ao Clima (FEED 2010), evento realizado em São Paulo em uma iniciativa da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

“Não digo que o aquecimento global não seja verdade. O problema é que aqueles que defendem a redução das emissões de carbono dizem sempre quantas pessoas vão morrer por conta do calor, mas nunca quantas pessoas vão deixar de morrer por causa do frio. Antes de cortar emissões de carbono, vamos planejar melhor as cidades, utilizar soluções racionais, e não impor políticas com custo imenso e sem compromisso com o futuro”, afirmou Lomborg, [em palestra que lotou o Golden Hall do WTC](#). Ele argumentou que o preço para implantar o Protocolo de Kyoto seria de US\$ 180 bilhões por ano, e isso garantiria uma redução de temperatura de apenas 0,004°C até o ano de 2100. “Isso é ridículo”, disse.

Lomborg não é otimista quando fala na perspectiva de avanços em tratados que propõem a redução das emissões de carbono, como o Protocolo de Kyoto. “Por que conseguiríamos agora, se não conseguimos no passado?”, questiona. Ele argumenta que reduzir emissões de carbono é uma atividade muito dispendiosa e com baixo índice de efetividade. A proposta do professor dinamarquês é apostar em alternativas com maior probabilidade de sucesso, como o reforço nos investimentos em pesquisa. Sugeriu que 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial seja investido no desenvolvimento de tecnologias de geração de energia sem emissão de carbono. “Isso representaria um investimento de US\$ 100 bilhões por ano. Seria duas vezes mais barato que Kyoto e garantiria 50 vezes mais do que é investido hoje nesse segmento”, disse.

Para Patrick Michaels, a grande causa das emissões de gás causadores do efeito estufa é a pobreza. “Em situação de pobreza, a população não tem dinheiro para investir em tecnologia mais limpa. Quando um país fica rico, pode produzir energia de forma mais eficiente”, afirmou. “Se os painéis solares fossem mais baratos, as pessoas

comprariam”, explicou o climatologista. Segundo Michaels, cada US\$ 1 investido no desenvolvimento de painéis solares mais eficientes e mais baratos geraria um retorno de US\$ 11 na eliminação de danos ambientais. “Em vez de agir na redução das emissões de carbono, algo caro e politicamente ineficaz, deveríamos investir em energia verde”, enfatizou o norte-americano.

O professor Luiz Pinguelli Rosa, Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) também foi palestrante no FEED 2010 nesta segunda-feira. Entre outros temas, destacou a vantagem brasileira na geração de energia limpa. “Os biocombustíveis são uma vantagem do Brasil. No caso do etanol, principalmente por ser feito de cana-de-açúcar”, afirmou o professor.

Pinguelli lembrou que são utilizados quatro milhões de hectares de lavouras no cultivo de cana para a produção de etanol, o que não compromete a produção de alimentos e, além disso, é uma alternativa ecologicamente correta de geração de energia. As lavouras de soja, citou, ocupam área bem maior: cerca de 23 milhões de hectares. O professor da UFRJ rebateu críticas de que a criação de gado seria uma das mais fortes agressões ao meio ambiente, devido à geração de metano pelo rebanho. “Por que penalizar a criação de gado, que alimenta a população urbana? O gado é mais importante que o automóvel. Temos, primeiro, que priorizar o transporte público”, criticou Pinguelli.

O professor Marcelo Valadares Galdos, da Universidade de São Paulo (USP) falou sobre o agronegócio e as ações de mitigação do aquecimento global. Defendeu que uma política integrada da agricultura, da pecuária e da silvicultura possibilita a retenção de carbono e, assim, gera benefícios quanto às mudanças climáticas. A proposta, portanto, é aperfeiçoar tecnologias, ganhar em escala e eficiência, pois assim será mantida a oferta de alimentos baratos e, paralelamente, o desenvolvimento de ações em defesa do meio ambiente.

Céticos do clima falam a ruralistas em SP – Ricardo Miotto – Folha de São Paulo – Ciência – 30/03/2010

Climatologista americano e estatístico dinamarquês ressaltaram mudança na opinião pública após fiasco de Copenhague

Pat Michaels deu palestra com emails do "climagate", enquanto Bjorn Lomborg contou que vai gravar um filme em resposta a Al Gore

Na plateia, grandes agricultores do interior do país e estudantes universitários, vários de agronomia. No palco, dois dos principais céticos da mudança climática contando como o jogo virou -para o lado deles. Esse cenário insólito foi armado ontem em São Paulo, no Fórum Internacional de Estudos Estratégicos para Desenvolvimento Agropecuário e Respeito ao Clima, promovido pela CNA (Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil), maior organização em defesa dos interesses dos produtores rurais no país. O evento começou na noite de domingo, quando o vice-presidente da CNA, Assuero Veronez (representando sua presidente, a senadora Kátia Abreu, que está doente) alertou para que não se cometesse "o erro" de limitar a expansão da agropecuária no

Brasil em nome do ambiente "sem as devidas convicções científicas". Ontem a manhã foi do estatístico dinamarquês Bjorn Lomborg e do climatologista americano Pat Michaels. A dupla esteve em São Paulo há exatos dois anos, num contexto diferente: após o relatório de 2007 do IPCC e antes do fiasco de Copenhague, quando o público apoiava a ciência do clima. Michaels lembrou o crescente número de americanos que dizem achar que as preocupações com o aquecimento global são exageradas. "Você não pode assustar as pessoas para sempre", comentou Lomborg. Inquirido sobre se os resultados recentes das pesquisas eram uma vitória, ele disse que se tratavam de "uma demonstração de abertura ao diálogo". Lomborg disse à **Folha** que está com a agenda cheia para dar palestras mundo afora. "A receptividade mudou muito." Os dois céticos não negam que o planeta possa estar esquentando. Mas falam que não é possível afirmar com convicção que os humanos são responsáveis por isso, e que, mesmo que sejam, a ideia de cortar imediatamente emissões de CO2 não passa de histeria.

Michaels reafirmou sua posição de que os governos não deveriam gastar dinheiro contra o aquecimento global. "O mercado fará pressão para o desenvolvimento de novas tecnologias mais limpas." "É, de certa forma, como se você estivesse no Titanic afundando, soubesse disso, e achasse que o melhor é não fazer muita coisa", disse à **Folha** o físico Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coppe-UFRJ, que também participou do evento. Michaels, na sua apresentação, mostrou aos agricultores emails roubados de climatologistas da Universidade de East Anglia. Um deles, do americano Ben Santer, dizendo que, se encontrasse Michaels, ficaria "tentado a bater" nele. Em comum entre céticos e não-céticos, só o pessimismo sobre a cúpula do clima de Cancún, no fim do ano. "Não acontecerá muita coisa", diz Michaels. Até lá, um filme com Lomborg, baseado em seu livro "Cool It", resposta a "Uma Verdade Inconveniente" de Al Gore, já terá sido lançado. "O produtor é Ralph Winter, que ajudou a produzir "X-Men", diz.

Auditoria inocenta chefe do IPCC – Folha de São Paulo – Ciência – 30/03/2010

DO "FINANCIAL TIMES"

O chefe do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática) foi inocentado de denúncias de conflito de interesse por uma auditoria independente. A consultoria KPMG examinou as finanças pessoais de Rajendra Pachauri depois que a imprensa sugeriu, no fim do ano passado, que ele recebeu dinheiro para assessorar várias empresas, como a Toyota e o Crédit Suisse. A investigação concluiu que todo o dinheiro foi pago à organização sem fins lucrativos indiana Teri (The Energy and Resources Institute), que encomendou o trabalho. Pachauri disse que ele espera que uma outra auditoria encomendada por ele, para examinar as práticas do painel do clima e a ciência contida em seu último relatório, de 2007, também elimine acusações de falhas na climatologia. Os resultados dessa investigação só serão publicados em outubro.

Desaquecimento Global – José Reinaldo da Silva e Celso dal Ré Carneiro – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 31/03/2010

Ao contrário do que propagam, o planeta Terra tem hoje temperatura média de 15°C e está numa era interglacial. Ainda não é possível afirmar quando terá início nova glaciação. Portanto, a Terra está em desaquecimento global... com oscilações.

O tema do “aquecimento global” aparece com tal frequência na mídia que muitas pessoas creem plenamente na veracidade do fenômeno e na principal causa admitida, a de que o dióxido de carbono determina. Isso exemplificado em um tema científico não deve ser tratado, porque houve perigosa mistura de interesses políticos, econômicos e sociais, à parte problemas e desafios de conotação essencialmente científica.

Consideremos a complexidade e a variedade de fatores determinantes do clima na Terra.

Há 18 mil anos começaram a diminuir os efeitos severos da última era glacial. Sob clima frio e seco, grandes massas de gelo ocupavam parte expressiva dos continentes do Hemisfério Norte, onde vagavam mamutes e mastodontes. Em fins dessa era, o nível dos oceanos subiu cerca de cem metros. Com o derretimento e diminuição das geleiras, a temperatura média da superfície global aumentou, no máximo, 5°C.

Falaciosos, retóricos ou bombásticos são os temas de aquecimento global atribuídos ao efeito estufa: degelo dos polos, extinção da ursos polar, alçamento do nível do mar, inundação de partes das cidades costeiras, variações de frequência e intensidade de eventos climáticos e alterações em regimes regionais de chuvas. Estão em voga porque a velocidade dos fenômenos climáticos é infinitamente mais rápida que a dos fenômenos estritamente geológicos.

Enquanto aqueles se sucedem em segundos, estes envolvem, no mínimo, milhares de anos, no caso das glaciações; milhões e até bilhões de anos para mudanças substanciais, como separação e colisão das placas tectônicas que sustentamos atuais continentes.

Quais são as reais causas das variações climáticas na Terra?

A dinâmica climática é controlada por três categorias de fatores: astronômicos, atmosféricos e tectônicos. As causas específicas ainda não estão bem compreendidas, mas já se conhece a periodicidade dos ciclos, da ordem de centenas, milhares e milhões de anos. Informações obtidas da análise de sedimentos profundos e testemunhos de sondagens no gelo polar indicam que os períodos interglaciais são da ordem de 15 mil a 20 mil anos. Vivemos, pois, em desses períodos.

Por mais avançadas que estejam as Geociências, marcadamente as subáreas da Geologia e Geografia, muito ainda existe para pesquisar sobre os fenômenos naturais. As causas do aquecimento e resfriamento global são naturais e podem ser amplificadas por ações antropogênicas, no caso de aquecimento. Dentre as causas conhecidas, a humanidade pode interferir apenas na retenção de calor pela atmosfera. As causas astronômicas e tectônicas estão livres de nossa influência.

A pretensiosa declaração “vamos salvar o planeta!” é contestada por cientistas que estudam o clima atual e antigamente. Eles concluíram que há épocas de mudança rápida e global do clima. Se for rápida, isso pode

significar catástrofe: “Civilizações floresceram e foram destruídas ao ritmo das pulsações do clima” (Jonathan Weiner, Planeta Terra, 1988, Editora Martins Fontes, página 94).

A Terra não precisa de quema salva, mas a espécie humana pode desaparecer se continuar a tratar os espaços e recursos naturais da maneira devastadora e irresponsável como o faz. Não podemos perder de vista que as mudanças climáticas são partes da ciclicidade dos fenômenos geológicos que afetam o planeta todo. O tema de profundas implicações educacionais deve ser abordado no ambiente escolar com dados abrangentes.

Em síntese, falta muita Geologia na escola básica, ou geoeducação, como dizem os europeus, mais avançados que nós em lidar com esses temas na escola.

Na escola básica, quando muito, fala-se de processos terrestres como causa de catástrofes naturais como terremotos, tsunamis (ondas gigantes do mar), com suas terríveis consequências.

Mostra-se que vulcões se formam na base da crosta e produzem massas incandescentes e explosivas, as lavas, que nós, brasileiros, só observamos pela televisão ou pela internet. Não toda crosta ocorre catástrofes induzidas pelo homem, como deslizamentos ou escorregamentos de terra em encostas íngremes que jamais deveriam ser habitadas, fato que, infelizmente, se verifica no Brasil.

Enchentes e inundações devem-se a fatores como impermeabilização do solo, crescimento urbano acelerado, ausência de planejamento territorial, agravados pela disposição inadequada do lixo.

Já a atmosfera, enigmática desde a mitologia grega, foi considerada vulnerável à revolta dos deuses por civilizações primitivas e alguns observadores incautos atuais. Ela é visível e sensível por todos: quando vai chover? Quando virão tempestades? Camponeses sabem responder, até bem antes das previsões meteorológicas, ao observarem o rumo dos ventos, a umidade do ar ou até o canto dos pássaros.

Não se pode admitir generalizações: nem tudo é “aquecimento global”. Ao contrário, muitos geocientistas anunciam a corrente, antagônica, do resfriamento global. Para visualizar melhor as incertezas inerentes ao fenômeno observem como foi rigoroso o último inverno no Hemisfério Norte...

Uma coisa é certa: planejamentos territoriais devem ser feitos com visão holística e equipes multi, inter e transdisciplinares, ou seja, devem envolver geólogos e profissionais de todas as áreas científicas afins. Caso contrário, casas, pontes ou viadutos podem cair. Buracos como o do Metrô Pinheiros continuarão aparecendo e engolindo vidas.

A Terra, nossa Gaia majestosa, é dinâmica e pulsa como um ser vivo. Os geólogos que o digam!

□